



PESSOAS e LUGARES

Feira Nacional de Agricultura 2014

Sabores dos territórios rurais
de novo em destaque
na participação da Minha Terra
p.5

Contributos locais para desafios globais

Consulta pública para a
implementação
da Agenda Pós-2015
p.16



As pessoas e os territórios no centro da agenda de desenvolvimento e coesão

Na rota do Tejo

Entre as Portas de Ródão e o Mar da Palha
p.22-23

OPINIÃO

*Pela
valorização
da produção
regional*



Manuel António Correia p.17

*Território:
lugar
possível de
articulação
de políticas
públicas*



A. Oliveira das Neves p.20

Ao configurar novas formas de participação e de descentralização das decisões, a abordagem LEADER, promoveu o exercício mais pleno da cidadania e portanto da democracia, criando um espaço de maior corresponsabilização e comprometimento dos cidadãos no seu desenvolvimento. A aposta na promoção da capacitação das pessoas, das comunidades e dos territórios, transformou esta abordagem num modelo mais inclusivo e mais eficaz na prossecução de objetivos de desenvolvimento local.

Neste modelo precursor de metodologias inovadoras, as “pessoas” constituíram-se como um aspeto central da intervenção, e o território a plataforma que enquadra os caminhos e as opções de quem o habita. Os planos de desenvolvimento produzidos no contexto da participação de agentes privados e públicos, da área económica, social e cultural, geraram, ao longo de mais de 20 anos, iniciativas com maior aderência aos territórios e com resultados relevantes para as populações locais.

Despovoamento, envelhecimento, desemprego, baixos níveis de qualificação, riscos ambientais, extinção de serviços e falha da provisão pública, desvitalização económica, desarticulação com os espaços urbanos, persistem como problemas centrais nos territórios rurais e configuram-se como algumas das consequências de uma sociedade que cresce numa trajetória ascendente de “urbanização”.

Estes constrangimentos marcam claramente o espaço rural e constituem-se como desafios cada vez mais complexos, requerendo do nosso modelo de democracia e das políticas públicas abordagens mais específicas e próximas das comunidades rurais. Neste contexto, é fundamental, hoje, aprofundar as características inovadoras da abordagem LEADER, como um modelo que fez um percurso marcante e “sui generis” de governação, participação, criação e execução de iniciativas, de capacitação de agentes e de articulação de políticas públicas. No entanto, a análise aos documentos e posicionamentos que enquadram a proposta portuguesa para a aplicação dos fundos no período de programação 2014-2020, nomeadamente no que concerne ao DLBC, levantam-nos sérias dúvidas acerca do aprofundamento da abordagem LEADER.

Constituindo o plurifundos no DLBC uma opção que encerra imensas virtualidades, é perceptível, contudo, uma clara dificuldade da administração em incorporar na definição e execução das políticas públicas esta metodologia de intervenção assente em parcerias locais de entidades privadas e públicas com aderência a um território. Esta dificuldade traduz-se em diversos aspetos de que destacamos a articulação e a programação financeira dos fundos envolvidos (FEADER, FEDER, FSE e FEAMP), cuja fragilidade poderá comprometer, por um lado, a construção de estratégias integradas e multissetoriais de base local e, por outro, a sua adequada dimensão financeira.

Mas os desafios que se colocam ao aprofundamento da abordagem LEADER são uma realidade que convoca também as ADL, as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais e a Administração Central para responder a outras matérias relevantes como o modelo de governação, os processos de decisão e a consolidação e qualificação das parcerias.

A experiência e os bons resultados das ADL/GAL na promoção do desenvolvimento integrado dos territórios rurais qualifica-as para, também agora, terem um papel central na aplicação do LEADER em complemento com outros fundos para o desenvolvimento dos territórios rurais.

Este número do PESSOAS E LUGARES é o último de uma série de 16, elaborados pela Federação MINHA TERRA com o apoio da Rede Rural Nacional. Ao longo dessas edições procurámos refletir sobre os territórios rurais e o seu desenvolvimento, evidenciando o que de bom se faz e o que falta ainda fazer. Com novos moldes, linha editorial e gráfica, a MINHA TERRA procurará dar continuidade a este projeto, que ocupa já um importante lugar junto das pessoas e entidades que trabalham em prol do desenvolvimento rural.



Regina Lopes
Diretora

PESSOAS E LUGARES

N.º 16 . julho 2014 . III série . Bimestral

Propriedade

MINHA TERRA – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local
Rua Bartolomeu Dias, 172 D, 1.º Esq.
1400-031 Lisboa
T. +351 217 819 230
F. +351 217 819 232
E. minhatterra@minhaterra.pt
<http://www.minhaterra.pt>

Diretora

Regina Lopes

Editor

Luís Chaves

Conselho Editorial

Federação MINHA TERRA (Regina Lopes, Luís Chaves, Paula Matos dos Santos), PRODER (Ana Paula Carvalho), RRN (Ana Pires da Silva), PRORURAL (Maria José Aranda e Silva), Empower (Henrique Baltazar)

Redação

Henrique Baltazar (Empower), Paula Matos dos Santos, Raquel Gorjão (Empower)

Colaboraram neste número

A. Oliveira das Neves, João Limão, Manuel António Correia, Miguel de Castro Neto

Fotografias

AD ELO, ADICES, ADIRN, ADL, ADRACES, ADRIMAG, Alexander Baxevanis, APRODER, ATAHCA, CORANE, DESTEQUE, DOLMEN, Domingos Xavier, Francisco Antunes, Fundação João e Fernanda Garcia, GRATER, Harmon, LEADERSOR, Luís Chaves, Luís Godinho, Luís Pedroso, MONTE, Paula Matos dos Santos, Pedro Inácio, Pinhal Maior, VICENTINA, TAGUS, Terras do Baixo Guadiana, TPCOM

Infografia LEADER

Rede Europeia de Desenvolvimento Rural

Desenho gráfico e paginação

Álvaro Góis (Empower)

Impressão

Europress

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

331087/11

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.

Alguns URL foram reduzidos com o goo.gl, da Google, para facilitar a leitura.


minha terra
por um novo mundo rural

www.minhaterra.pt



Portugal 2020

Concluída negociação do Acordo de Parceria

O Governo português e a Comissão Europeia fecharam em meados de julho, em Bruxelas, as negociações sobre o Acordo de Parceria para o novo período de programação de fundos comunitários, que vai vigorar até 2020, sucedendo ao atual Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN).

Recorde-se que no final de janeiro o Governo português tinha entregue à Comissão Europeia a sua proposta preliminar de Acordo de Parceria, que serviu de base à negociação agora concluída.

Ao que o Governo fez saber, a Comissão Europeia colocava reservas relativamente a alguns aspetos que o Governo considerava importante consagrar no novo período de programação e que agora terão sido acordados. Uma das reservas de Bruxelas tinha a ver com a utilização do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) na conclusão da rede secundária de rega do Alqueva, mas esse obstáculo terá sido removido durante a negociação.

Outra das reservas da Comissão Europeia, que acabou por ser ultrapassada, tinha a ver com o financiamento de infraestruturas rodoviárias. Foi acordado que apenas estarão contemplados pequenos troços de estradas que sirvam equipamentos considerados estruturantes – os chamados “last mile”, que vão poder contar com verbas comunitárias de cerca de 200 milhões de euros.

Do lado português, as negociações foram lideradas pelo Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional,

Miguel Poiães Maduro, que disse aos jornalistas que relativamente à distribuição do montante global dos fundos comunitários “não há grandes alterações”, realçando que a “grande maioria das verbas” se dirige para a competitividade, desenvolvimento, aposta na internacionalização e no ensino e aprendizagem.

O Governo pretende os primeiros concursos do novo período de programação, designado Portugal 2020, abram no final de setembro, para que a mobilização de verbas aconteça ainda este ano. Inicia-se agora, portanto, a fase de negociação dos Programas Operacionais com a Comissão, que terão de ser também aprovados para que os concursos sejam abertos.

Simplificação e celeridade

As regras específicas de gestão de cada fundo dependerão, então, dos regulamentos que venham a ser aprovados para cada Programa Operacional. Delas dependerão dois aspetos da maior importância, e para os quais os Grupos de Ação Local e a Federação MINHA TERRA vêm alertando há muito tempo.

O primeiro diz respeito à necessidade de, finalmente, ser concretizada a intenção de simplificar as regras de gestão dos fundos e os requisitos formais e burocráticos exigidos aos promotores. Não se pode exigir a um promotor que pretende um apoio de

uns poucos milhares de euros para modernizar a sua pequena exploração os mesmos requisitos que se pede a outro que pretende investir alguns milhões, sob pena de se afastar os pequenos empreendedores da possibilidade de recorrerem aos apoios comunitários, o que é particularmente dramático no caso do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), que está orientado em particular para os pequenos investimentos.

O segundo aspeto diz respeito à necessidade de a transição entre períodos de programação ser realizada de forma célere, minimizando a interrupção de dinâmicas de desenvolvimento e de financiamentos. No caso do DLBC, os concursos em cada território apenas poderão ser abertos depois de aprovadas as Estratégias de Desenvolvimento Local dos Grupos de Ação Local, o que convoca a necessidade de os regulamentos serem publicados com a maior brevidade.

Conselho Económico e Social Europeu analisa DLBC

Tendo em vista a elaboração de um parecer sobre o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) como ferramenta para a Política de Coesão para 2014-2020 para o desenvolvimento local – rural, urbano e peri-urbano – o Comité Económico e Social Europeu (CESE) está a organizar uma audição pública, que se irá realizar a 29 de setembro, na sede do CESE, em Bruxelas.

Esta audição irá reunir um vasto leque de especialistas e atores do terreno, nomeadamente administrações locais, ONG, parceiros sociais, pequenas e médias empresas, agricultores, pescadores e investigadores, que irão partilhar as suas experiências e posições sobre o DLBC.

Enquanto ferramenta específica para utilização a nível sub-regional, que complementa outras formas de apoio ao desenvolvimento a nível local, o DLBC pretende mobilizar e envolver as comunidades e organizações locais para ajudar a alcançar os objetivos da Estratégia Europa 2020, no que diz respeito ao crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, e ao fomento da coesão territorial, motivo pelo qual o CESE lhe atribui uma grande importância e lhe reconhece o potencial para promover a coesão económica e social em toda a União Europeia e alcançar um crescimento sustentável.



“Produzir e vender na agricultura: novas tendências”

Organizado pela Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, em colaboração com a APRODER e a Rede Rural Nacional, o seminário “Produzir e vender na agricultura – Novas tendências” decorreu a 13 de junho, no Centro Nacional de Exposições, em Santarém, por ocasião da 51.ª Feira Nacional de Agricultura. Contou com a presença de cerca de 200 participantes, entre técnicos de organizações de produtores, cooperativas, ADL, autarquias e agricultores.

Cogumelos, plantas e ervas aromáticas, figo da Índia e framboesas foram os exemplos apresentados durante a manhã, gerando um animado debate entre os produtores intervenientes e a plateia, especialmente atenta ao enquadramento destas “novas” produções que têm vindo a estimular o empreendedorismo e a inovação.

Como criar e organizar para melhor comercializar foi o tema que enquadrou as intervenções da tarde, permitindo focar questões como a agricultura biológica, a certificação, os circuitos curtos de comercialização e a importância de se apoiar a (pequena) produção agrícola e a agricultura familiar, com crescente relevância ao nível da sustentabilidade mas também da imagem dos territórios rurais.



Corane e Desteque convidam agentes locais a participarem na construção da EDL

Ouvir os promotores de projetos apoiados da Abordagem LEADER no PRODER, registando as suas experiências e expectativas, foi o objetivo das primeiras jornadas de trabalho organizadas pelas associações Desteque e Corane, a 5 e 6 de junho, em Mirandela e Bragança, respetivamente.

Representando um primeiro passo para a definição da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) 2014-2020, contaram com mais de

uma centena de participantes, que contribuíram com ideias concretas nas várias temáticas em debate (turismo; património, educação e cultura; agroalimentar; serviços de proximidade e sociais; e outros serviços).

Cooperação e parcerias, inovação, promoção e internacionalização foram algumas das palavras fortes registadas nestas reuniões, que terão sequência com a realização de novas jornadas,

procurando envolver outros agentes locais ativos, entre os quais os agrupamentos de produtores, fundamentais na definição das políticas públicas para o desenvolvimento dos territórios rurais.

A incorporação dos resultados obtidos na formulação da EDL será o próximo passo, das duas associações a trabalhar de forma articulada, que prevêem apresentar os programas de ação em setembro.



Acordo de Parceria Territorial Alentejo Central 2014-2020

A assinatura do Acordo de Parceria Territorial, que corresponde ao compromisso para a Estratégia de

Desenvolvimento Local – Alentejo Central, com 35 organizações da região, decorreu no Palácio D. Manuel, em

Évora, a 26 de junho, no dia em que o MONTE, ACE celebrou o seu 18.º aniversário.

Na sessão, o presidente do concelho de administração do MONTE, José Afonso Alvito, dando conta dos principais passos dados para a celebração deste acordo, que tem por objetivo preparar de forma participada a apresentação da Estratégia de Desenvolvimento Local para o Alentejo Central, com base numa abordagem local e integrada, enfatizou a importância da consolidação das parcerias territoriais para o futuro dos territórios rurais.

O tema foi explorado por Joaquim Amado, Diretor da Minha Terra, fazendo o enquadramento dos desafios que se colocam aos territórios rurais, no próximo período de programação, particularmente ao nível da gestão

ADL ajudam a criar 500 postos de trabalho no Nordeste Transmontano

As três ADL – Corane, Desteque e Douro Superior – garantiram um investimento superior a 47 milhões de euros, no âmbito da Abordagem LEADER do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) 2007-2013.

A maior fatia do investimento realizado, cerca de 29 milhões de euros, enquadra-se na medida de apoio à diversificação da economia, tendo sido aprovados 256 projetos que criaram 392 postos de trabalho. Na medida da melhoria da qualidade de vida, os 147 projetos aprovados, num investimento de cerca de 13 milhões de euros, asseguraram emprego a 440 pessoas, sendo 101 novos postos de trabalho.

O balanço foi revelado na Expo Trás-os-Montes, que decorreu em Bragança, de 29 de maio a 1 de junho, no âmbito da participação conjunta das três ADL que representam 13 concelhos do Nordeste Transmontano.

territorializada das políticas públicas e dos fundos comunitários, através da adoção da abordagem multifundos no Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).

O Acordo de Parceria Territorial Alentejo Central representa o culminar de um extenso trabalho promovido, nos dois últimos anos, pelo MONTE, ACE – entidade responsável pela implementação no Alentejo Central da Iniciativa Comunitária LEADER II [1996-1999], LEADER+ [2000-2007] e o Subprograma 3 do PRODER [2008-2013] – que decidiu alargar a sua discussão a novos parceiros, com a realização de reuniões globais de preparação da Estratégia de Desenvolvimento Local e workshops temáticos, como explicou Marta Alter, Diretora Técnica.

Minha Terra na FNA 2014

Desenvolvimento local, turismo e produtos locais

Os sabores dos territórios rurais voltaram a estar em especial destaque no stand da Federação Minha Terra na 51.ª Feira Nacional de Agricultura realizada de 7 a 15 de junho, no Centro Nacional de Exposições, em Santarém.

A participação integrou pelo terceiro ano consecutivo o Salão “Prazer de Provar”, através de um espaço de exposição dinamizado pelas Associações de Desenvolvimento Local (ADL) associadas e seus parceiros territoriais.

Reunindo os melhores vinhos, licores, azeites, queijos, enchidos, compotas, bolachas e biscoitos, entre outras delícias alimentares produzidas na Terra Fria Transmontana (CORANE), Terras do Sousa

(ADER-SOUSA), Agueira, Dão e Caramulo (ADICES), Entre Lousã e Zêzere (DUECEIRA), Ribatejo Norte (ADIRN), Oeste (LEADER OESTE), Charneca Ribatejana (Charneca), Alto Alentejo (LEADERSOR), Norte Alentejo (ADER-AL), Península de Setúbal (ADREPES), Litoral Alentejano (ADL), Baixo Alentejo (Alentejo XXI) e Interior Algarve Central (IN LOCO), a presença garantiu a promoção e degustação do que

de melhor se produz nos territórios rurais.

No stand da Minha Terra promoveram-se ainda dois projetos turísticos: Aldeias de Portugal, desenvolvido através da Associação do Turismo de Aldeia (ATA), que reúne as 15 ADL da região Norte e gere a rede/marca Aldeias de Portugal; e Try Nordestin, uma plataforma turística dedicada ao nordeste de Portugal, envolvendo a CORANE e a DESTAQUE.

Promover os territórios rurais e divulgar alguns dos seus projetos e iniciativas, ilustrando a intervenção abrangente das ADL, foi o objetivo traçado e alcançado com mais esta presença na Feira Nacional de Agricultura, que este ano deu especial destaque ao tema da produção nacional.



ADICES prepara PACTO 2020 para o território

“PACTO 2020 Rotas do Desenvolvimento – Um compromisso para o território” foi o mote das sessões de trabalho dinamizadas pela associação ADICES nos concelhos de Tondela, Carregal do Sal, Santa Comba Dão e Mortágua, entre 7 e 15 de julho, destinadas à preparação da Estratégia de Desenvolvimento Local 2014-2020.

Organizadas em articulação com os municípios, privilegiando o trabalho em grupo, as sessões registaram mais de 100 participantes, entre

presidentes de juntas de freguesia, representantes de associados da ADICES, de empresas e outras entidades, que ajudaram a fazer o “retrato” de cada um dos concelhos, ao nível dos recursos/opportunidades e ameaças/fraquezas.

No âmbito das linhas estratégicas para o próximo quadro comunitário de apoio, os grupos de trabalho assinalaram, por exemplo, a necessidade de identificar e potenciar os recursos existentes e, consequentemente, o turismo, através de uma rede regional,

a educação e a formação e ainda a dinamização da Bolsa de Terras.

Regina Lopes, diretora da ADICES, fez o enquadramento da Abordagem LEADER no próximo período de programação, adiantando o que já sabe, como a grande aposta na competitividade, a valorização da produção agrícola e o desenvolvimento do potencial humano, tendo ainda apresentado as linhas-base do CRER 2020 (Programa Operacional Regional do Centro).



Às Quintas. Entre rios. DOLMEN prepara EDL

As Seis Quintas(-feiras) do Desenvolvimento Rural (entre 15 de maio e 3 de julho), organizadas pela DOLMEN nos seis concelhos do território (Amarante, Baião, Cinfães, Marco de Canaveses, Penafiel e Resende), em quintas, alojamentos turísticos, restaurantes e espaços culturais, sob a forma de Serões de Aldeia, foram o primeiro passo para a construção participada de “um futuro melhor para o Douro Verde”.

Com hora de chegada às 19h e de despedida às 23h, incluindo um tempo de comer e beber, um tempo de ouvir e um tempo de debate, os serões promoveram o encontro entre atores locais, académicos e responsáveis institucionais, motivando o cruzamento de conhecimentos interiores e exteriores ao território, a reflexão e o debate.

Constituindo-se como instrumento de auscultação e partilha de saberes e experiên-

cias, à luz da experiência dos quadros comunitários de apoio anteriores e preparação da Estratégia de Desenvolvimento Local para 2014-2020, os temas abordados foram bastante ecléticos: Ruralidade 2020: Oportunidades, necessidades e desafios de governança; O campo chega ao mercado: Transformação, certificação e distribuição; O rural é mais do que agricultura: Cultura, cidades e tudo o mais; Agricultura e raças autóctones: A ruralidade resiste, alterando-se; Núcleos populacionais em meio rural: Formas, saberes e valores; Por montanhas e vales: Qualidade ambiental, termalismo e desenvolvimento.



Espaço Douro & Tâmega

“Neste espaço podemos encontrar o que de melhor a região tem”. Foi com estas palavras que o presidente da DOLMEN, Telmo Pinto, marcou o momento da inauguração do Espaço Douro & Tâmega, em Amarante, a 3 de julho.

O espaço acolhe um centro interpretativo e promocional do território Douro Verde, com loja de produtos locais (artesanato, fumeiro, doçaria, mel, compotas e vinho verde), um centro de informação da Rota do Românico e serviços técnicos da DOLMEN, numa lógica de proximidade à população.

Pegando nas palavras do presidente da DOLMEN, Telmo Pinto, estes encontros foram um dos meios encontrados para garantir que a definição da EDL seja “um processo efetivamente construtivo

e participado”, tendo ficado “demonstrado o envolvimento dos atores locais, dispostos a trabalhar em conjunto, tornando-o maior que a soma das partes, maior que a soma dos diferentes concelhos”.

Ministra da Agricultura visita stand da ADL na PIMEL

De visita à PIMEL – Feira do Turismo e das Atividades Económicas, de Alcácer do Sal, a 23 de junho, Assunção Cristas esteve no stand da Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano (ADL), este ano alusivo aos resultados obtidos no âmbito da Abordagem LEADER

Quase a completar 20 anos, a ADL assegurou, só neste último quadro comunitário de apoio, 40 milhões de euros, que correspondem 26 milhões de ajuda

pública, e à aprovação de 629 projetos, responsáveis pela criação de 336 postos de trabalho no território composto por cinco concelhos (Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines, Odemira).

No final da visita, a Ministra da Agricultura e do Mar referiu o esforço das organizações de produtores e empresas de Alcácer do Sal na defesa dos bons produtos da região, que tem vindo a apostar na agricultura e no turismo, tirando partido das potencialidades naturais e ambientais.



ADREPES organiza mostra de projetos

Demonstrativa do trabalho e dinâmica criada na região, a mostra “Consolidar o passado, Planear o futuro – Península de Setúbal, Território de Terra e de Mar”, organizada pela ADREPES, com a colaboração da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo e a Rede Rural Nacional, decorreu nos dias 6 e 7 de junho, no Espaço Fortuna, na Quinta do Anjo, em Palmela.

A iniciativa foi saudada pelo presidente da autarquia e pelo Secretário de Estado do Mar, Manuel Pinto de Abreu, que reforçou a importância dos financiamentos ligados à economia do mar e a capacidade dos

territórios e seus agentes em investir e concretizar negócios.

O anfitrião da sessão de inauguração, Paulo Cipriano, presidente da ADREPES, fez uma retrospectiva do trabalho da associação e do empenho na preparação da Estratégia de Desenvolvimento Local para o próximo período de programação (2014-2020).

Durante os dois dias, 98 promotores apoiados na Península de Setúbal pelo PRODER e PROMAR, no período 2007-2013, apresentaram os seus projetos, proporcionando a partilha de ideias, e o início ao estabelecimento de parcerias e estratégias futuras em prol do desenvolvimento da região.

Divulgar o empreendedorismo e o dinamismo do território que conseguiu, através da ADREPES, enquanto GAL e GAC, investir aproximadamente 24 milhões de euros e criar 300 postos de trabalho, foi o objetivo da mostra, reunindo cerca de 200 participantes.

Depois de Palmela, pretende-se que a exposição com 21 painéis percorra o maior número possível de locais, para dar a conhecer o trabalho realizado na Península de Setúbal, ao nível das atividades ligadas à agricultura, pesca, floresta, produtos agroalimentares, património, serviços sociais e microempresas.



Feira Internacional do Artesanato

Três dezenas de artesãos e produtores dos territórios rurais animaram o stand da Federação Minha Terra na Feira Internacional do Artesanato (FIA), que decorreu na FIL, em Lisboa, de 28 de junho a 6 de julho, sob o mote “Um mundo de culturas”.

O espaço, de 270 m², no Pavilhão 3, contou com a participação de cinco Associações de Desenvolvimento Local (ADL) federadas na Minha Terra – ADER-AL, ADER-SOUSA, ADL, LEADER OESTE e LEADERSOR, que se aliaram para mais esta presença na FIA, já na sua 27.^a edição.

Para além de relembrar algumas das artes e ofícios tradicionais, privilegiando matérias-primas como a lã, o linho, o barro, as peles e couros, e a cortiça), o stand do Desenvolvimento Local foi palco de vários eventos que permitiram divulgar outros saberes-fazer, atraindo e cativando visitantes.

Uma demonstração da arte das rendas de filé e do cavaquinho, protagonizada por artesãos das Terras do Sousa, um “workshop” da típica olaria pedrada do Norte Alentejo e a apresentação e degustação de umas bolachas artesanais cheias de história produzidas no Oeste, foram momentos

que enriqueceram a participação da Minha Terra e o programa da FIA Lisboa 2014, este ano dando especial destaque à gastronomia tradicional.

A presença da Minha Terra na FIA, pelo terceiro ano consecutivo, ficou ainda marcada por um momento PROVE, servindo de ponto de entrega dos Cabazes PROVE e de encontro entre produtores e consumidores da região de Lisboa. Durante os quatro dias da iniciativa foram entregues 40 cabazes, entre consumidores habituais e alguns visitantes que decidiram experimentar, que emprestaram cores vivas e aromas frescos “Cá da Terra”.



ATAHCA celebra Dia do Minho

O Secretário de Estado da Alimentação e da Investigação Alimentar, Nuno Vieira de Brito, foi uma das personalidades convidadas pela ATAHCA para a celebração do Dia do Minho, que incluiu um almoço no espaço da Semana da Gastronomia Tradicional – 1.º Festival de Carnes Portuguesas Certificadas, integrada na FIA Lisboa 2014.

À degustação dos produtos do Minho e das iguarias confeccionadas com as carnes DOP da região, como o cabrito da Serra do Gerês, ou a rica doçaria minhota e os emblemáticos vinhos verdes, seguiu-se uma visita à FIA, com paragem obrigatória no stand da ATAHCA, uma verdadeira montra dos saberes e sabores do Alto Cávado.



Desenvolvido pelas ADL no âmbito da Cooperação LEADER, o PROVE foi um dos 35 projetos de cooperação da exposição, organizada em parceria com a Rede Rural Nacional, patente no espaço, retratando não só a diversidade de temáticas abrangidas como a relevância desta

forma de trabalhar em rede, que promove o encontro de pessoas e entidades de diferentes latitudes, tradições, artes e culturas... Objetivo que a FIA tem vindo a alcançar, edição após edição, recebendo centenas de expositores e milhares de visitantes.

Universidade de Verão 2014

“Participação e inovação – A construção de cidadanias insurgentes” é o tema da sexta edição da Universidade de Verão, organizada pela Associação In Loco e o Centro de Estudos Sociais de Coimbra, com apoio do Município de Albufeira e da Abordagem LEADER do PRODER.

A realizar de 9 a 12 de setembro em Albufeira, reunirá protagonistas de processos de mudança social em diferentes países, num ambiente de livre reflexão e debate, dando a conhecer soluções para a construção de sociedades mais participativas e democráticas.

<http://goo.gl/ufwXl3>

GRATER distribui 140 mil pacotes de açúcar

Cafés, esplanadas, restaurantes e hotéis foram os principais locais contemplados na distribuição dos pacotes de açúcar alusivos ao projeto “Pegada Ambiental”, realizada pela associação dia 23 de junho, no centro de Angra do Heroísmo, por ocasião das Festas Sanjoaninas.

Sensibilizar a população local para as questões ambientais é o objetivo da iniciativa, apoiada pela Abordagem LEADER do PRORURAL, que se repetirá na Praia da Vitória (Terceira) e Santa Cruz da Graciosa (Graciosa), durante o mês de agosto.

ADDLAP comemora 20.º aniversário

A associação assinalou, a 22 de julho, os 20 anos com a realização de um evento, em Viseu, onde decorreu a apresentação e assinatura do Acordo de Parceria Dão, Lafões e Alto Paiva para o próximo período de programação 2014-2020. Desde a sua constituição, a ADDLAP aprovou 560 projetos de investimento, envolvendo um montante total de 31 milhões de euros em várias áreas (desenvolvimento rural, criação e desenvolvimento de microempresas, oferta turística e de lazer, conservação e valorização do património rural, serviços básicos para a população rural).

Colóquio “Estratégias para os Sistemas Agroflorestais Alentejanos”

Organizado pela AFLOSOR com apoio da LEADERSOR, no âmbito da II Feira Agro-Florestal de Ponte de Sor, dia 4 de julho, juntou 103 participantes no Cine Teatro de Ponte de Sor.

Refletir e discutir o presente e o futuro dos sistemas agroflorestais norte alentejanos e os aspetos mais relevantes para a região relativos à nova Política Agrícola Comum foram os objetivos do encontro, que contou com a presença do Secretário de Estado da Agricultura, José Diogo Albuquerque, na sessão de encerramento.



Ano Internacional da Agricultura Familiar

No âmbito das celebrações do Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF) 2014 em Portugal, estão a ser organizadas, um pouco por todo o país, várias iniciativas com o objetivo de debater e sensibilizar a sociedade para a importância da agricultura familiar na segurança alimentar e na produção de alimentos.

Integrando a Comissão Executiva criada pelo Ministério da Agricultura e do Mar para promover e acompanhar iniciativas de comemoração do AIAF, a Federação Minha Terra integrou uma parceria alargada que colaborou na organização de um ciclo de seminários adaptados às dinâmicas regionais, destinados a promover uma ampla discussão e aumentar a consciencialização e entendimento dos desafios que os pequenos agricultores enfrentam e ajudar a identificar mecanismos eficientes para apoiar os agricultores familiares.

O primeiro destes seminários realizou-se no Norte, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), em Vila Real, a 30 de maio, sobre “Agricultura Familiar e Sustentabilidade dos Territórios Rurais”, contando com cerca de 120 participantes, entre docentes, estudantes, agricultores, técnicos e dirigentes de várias organizações, e outros atores da sociedade civil.

O representante da FAO em Portugal, Hélder Muteia,

foi o primeiro palestrante, tendo na sua intervenção sobre “Sistemas alimentares sustentáveis para a segurança alimentar e a nutrição”, destacado a situação da fome no mundo, bem como os grandes desafios relacionados com a insegurança alimentar, e recomendado medidas concretas para o reconhecimento dos produtores no acesso ao crédito, tecnologias, terras e mercado.

A apresentação de casos de sucesso de agricultores da região em regime familiar suscitou animados debates entre os participantes sobre soluções práticas por eles adotadas para solucionar problemas concretos de gestão, produção e comercialização.

O seminário regional do centro, decorreu na Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC), no dia 4 de junho, sob o tema “Políticas para a Sustentabilidade da Agricultura Familiar”.

A abordagem das potencialidades e dificuldades da agricultura familiar, com destaque para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa,

e a apresentação de boas práticas de organizações e cooperativas de produtores da região centro, que contou também com uma intervenção da Minha Terra sobre a agricultura familiar e as Estratégias de Desenvolvimento Local dos GAL.

Na região de Lisboa e Vale do Tejo, o seminário realizou-se em Alcobaça, a 5 de julho. “Agricultura familiar e fruticultura” foi o tema deste terceiro seminário regional, particularmente focado na realidade da região.

Além de quatro comunicações abordando a horto-fruticultura do Oeste, o contributo da agricultura familiar para a conservação das variedades regionais, um caso concreto de associativismo (Cooperativa Agrícola de Alcobaça, onde decorreu o encontro), e o contributo do apoio LEADER para a diversificação de atividades nas explorações agrícolas, o programa incluiu uma exposição promovida pela DRAP LVT e a associação LEADER OESTE, visitas a explorações agrícolas no Paul da Cela, ao Pólo do INIAV e ao Museu do Vinho, e ainda uma degustação de produtos locais.

O Ano Internacional da Agricultura Familiar foi debatido no Alentejo, dia 9 de julho, na Universidade de Évora. Sob o tema “Agricultura Familiar e Sustentabilidade dos Territórios Rurais”, contou na sessão de abertura com a presença do Secretário de Estado das Florestas e do De-

envolvimento Rural, Francisco Gomes da Silva, que, em declarações à Lusa, afirmou que “Houve um grande esforço de simplificação de tudo o que está ligado aos pequenos agricultores, no âmbito do 1.º pilar da PAC, que tem a ver com as ajudas diretas e que entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015”.

Segundo o governante, o objetivo é “retirar de cima dos pequenos agricultores a teia burocrática grande” que enfrentavam e “simplificar todos os pagamentos e apoios”, entre outras vertentes. “E dá-se também fôlego às iniciativas LEADER, que têm caráter local, acabando por estar relacionadas com as explorações agrícolas”, acrescentou.

Assegurar as dinâmicas territoriais

Moderado pela Minha Terra, o primeiro painel integrou diversas intervenções, entre as quais, do representante da FAO em Portugal, da diretora do agrupamento MONTE, Marta Alter, que apresentou o projecto PROVE, e da professora Isabel Rodrigo, que deu a conhecer as principais características e importância relativa da Agricultura Familiar no território do Alentejo, identificado como “Rural Baixa Densidade Sul”.

Na sua intervenção, Isabel Rodrigo destacou “o papel determinante da agricultura familiar para assegurar as

atuais já (muito) reduzidas dinâmicas territoriais e sociais”, evidenciando também o contributo da agricultura familiar para a manutenção dos sistemas de produção agrícolas “tradicionais”, contribuindo para a gestão sustentável dos ecossistemas, a gestão sustentável dos recursos naturais (solo e água), e a manutenção das paisagens agrícolas/rurais.

A tarde foi preenchida com a apresentação de boas práticas da agricultura familiar e uma mesa-redonda sobre a “Viabilidade da agricultura familiar”.

Nos Açores realizaram-se dois seminários, em Ponta Delgada (16 de julho) e Angra do Heroísmo (18 de julho), sobre “Agricultura Familiar versus Agricultura Sustentável” que partilharam um programa comum, estruturado em três painéis, abordando a realidade açoriana (onde participou a Minha Terra); a importância social, económica, ambiental e cultura da agricultura familiar e o papel desta como instrumento de combate à pobreza, às alterações climáticas e perda de biodiversidade.

Marcaram presença no evento o Secretário Regional da Agricultura e Ambiente, Luís Neto Viveiros, afirmando que “falar de agricultura familiar” significa “combate à desertificação das zonas rurais” e que “é também falar de emprego, de coesão social, de salvaguarda ambiental, de criação de riqueza, de melhores condições de vida, e do combate à desertificação das zonas rurais”, e o Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro, sublinhando que a “realidade rural” dos Açores assenta numa agricultura de “cariz familiar” que soube, no entanto, passar de uma “agricultura convencional para uma agricultura diferenciada, moderna e inovadora”, e alertando para a “importância” do desenvolvimento sustentável deste setor e do seu contributo para o desenvolvimento dos Açores.

Alguns temas atravessam as diferentes iniciativas, entre os quais se destaca a importância da clarificação do conceito de agricultura familiar e a sua adequação à realidade de cada país, assim como os apoios específicos para a agricultura familiar, nomeadamente nos Programas de Desenvolvimento Rural 2014-2020.



Montanhas Mágicas recebem Primeiro-Ministro

Pedro Passos Coelho esteve de visita oficial a Castelo de Paiva, Cinfães e Arouca – três dos sete municípios que integram o território das Montanhas Mágicas – Serras da Freita, Arada e Montemuro – nos dias 4 e 5 de julho.

Em Arouca, o Primeiro-Ministro inaugurou quatro microempresas dos sectores do calçado, carpintaria e marcenaria, localizadas na Zona Industrial de S. Domingos, apoiadas no âmbito da Abordagem LEADER através da ADRIMAG, em cerca

de 600 mil euros, que permitiram a criação de 28 postos de trabalho.

Ainda em S. Domingos, Pedro Passos Coelho visitou as instalações do CADL – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Local da ADRIMAG, onde funcio-

nam o Centro de Formação, o CLDS+ - Contrato Local de Desenvolvimento Social e o CQEP – Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional, tendo tido a oportunidade de conhecer os programas, projetos e atividades que a associação implementa nos sete municípios das serras de Montemuro, Freita e Arada (Arouca, Castelo de Paiva, Castro Daire, Cinfães, São Pedro do Sul, Sever do Vouga e Vale de Cambra).

No decorrer da visita, o presidente da ADRIMAG (e presidente do município de Arouca) apresentou as potencialidades económicas, turísticas e culturais dos municípios que integram as Montanhas Mágicas®, território que se pretende afirmar como destino turístico de excelência ao abrigo dos princípios da Carta Europeia de Turismo Sustentável.

Segundo a associação, “a visita do Primeiro-Ministro foi extremamente importante, sobretudo numa fase em que se definem as principais linhas orientadoras do próximo período de programação financeira”.

“27 Acrobacias sobre (quase) a mesma coisa*”

“Igualdade de género contada e ilustrada”. É o título do livro – que compila o olhar sobre a igualdade de género de 27 escritores/as e artistas – resultado do trabalho desenvolvido no projeto “A Igualdade: Faz o meu género!”, promovido pela Esdime.

A apresentação da publicação, em Ourique, na Biblioteca Municipal Jorge Sampaio, dia 27 de junho, contou com a presença de vários/as das/os intervenientes e foi mais uma oportunidade para falar sobre os diversos saberes e sentires sobre as questões da igualdade de género, de acordo com Paula Ortiz, técnica da Esdime.

O projeto, financiado pelo POPH (Eixo 7), que terminou a 30 de junho, desenvolvido no concelho de Ourique em parceria com o município e a Escola Secundária de Ourique, permitiu ao longo do último ano e meio a realização de várias atividades de sensibilização para as questões da igualdade de género com os/as jovens, docentes e comunidade em geral.

Através do mesmo eixo do POPH, a Esdime desenvolveu no concelho vizinho de Aljustrel, o projeto VERA – Vítimas Em Rede a Apoio, no âmbito do qual surgiu o “VERA BOOK”, como um dos resultados do trabalho realizado, onde se destaca a criação do Gabinete VERA (de atendimento a vítimas de violência doméstica).

Este guia de apoio, que “identifica recursos facilitadores e de suporte à intervenção de técnicos/as que no exercício das suas funções habituais se depararam com pessoas vítimas de violência doméstica”, foi apresentado a 29 de maio, na Biblioteca Municipal de Aljustrel, no seminário final do projeto, “num momento de conhecimento do trabalho realizado, partilha de experiências de intervenção, abordagem das questões relacionadas com a violência no namoro, e perceção da relevância e necessidade de uma rede articulada e de suporte à violência doméstica”, adianta Paula Ortiz.



AD ELO comemora 20 anos

Colaboradores e amigos da associação juntaram-se no dia 10 de junho, aproveitando o feriado, para assinalar as duas décadas da AD ELO, constituída a 9 de junho de 1994.

O dia começou bem cedo na Praia Fluvial do Reconquinho, em Penacova, para a 1.ª Descida Internacional do Mondego, organizada em parceria com a Câmara Municipal de Penacova e empresas de animação turística da região, que contou com uma centena de participantes no total.

O momento de aventura foi seguido de um almoço

convívio no complexo das piscinas municipais, onde foi feita uma retrospectiva dos 20 anos de atividade da associação, em prol do desenvolvimento do território Bairrada e Mondego (Cantanhede, Mealhada, Mira, Montemor-o-Velho, Penacova e Vagos).

Assente numa matriz de coesão entre os associados e estrutura técnica com competências diversificadas, a AD ELO captou – ao longo das suas “duas décadas de intensa atividade” – 40 milhões de euros de apoios nacionais e europeus, que alavancaram

mais de 52 milhões de euros de investimento e permitiram criação direta de mais de 450 postos de trabalho em pequenas e médias empresas da região que ajudam a consolidar o tecido económico local.

Aos 145 projetos de pequenas infraestruturas associativas acrescem 90 intervenções orientadas para as áreas da cultura, desporto e conhecimento. Ao nível da qualificação escolar e profissional, as ações da AD ELO envolveram mais de 420 formandos, que encontraram assim novas formas de valorização pessoal

e profissional com a inserção no mercado de trabalho.

Promoção do território, valorização dos produtos e produtores locais, coesão territorial e institucional, internacionalização, abertura de novos caminhos para os negócios e o conhecimento traduzem igualmente a ação da associação nos últimos anos.

A pretexto do que já foi feito e pretendendo refletir sobre os resultados alcançados, a AD ELO irá promover até final do ano um conjunto de iniciativas de reflexão e debate, “fundamentais para a construção dinâmica de uma estratégia de intervenção que perspetive os próximos 20 anos num quadro de desafios cada vez mais exigentes e inovadores”.

Azores Adventures

Chama-se “Azores Adventures” a aplicação para dispositivos móveis que reúne e disponibiliza informação sobre empresas e atividades de turismo de natureza em algumas das ilhas do Arquipélago dos Açores, e já está disponível para download gratuito na Google Play Store.

<http://goo.gl/tsyFtw>

Permitindo aos utilizadores conhecer a oferta de atividades, bem como calendários e preços, entre outras informações relevantes, a ferramenta – brevemente também disponível na App Store (loja da Apple) – pretende afirmar-se como um instrumento de apoio ao desenvolvimento do turismo nos Açores.

A aplicação, da responsabilidade das associações de desenvolvimento ADELIAÇOR e GRATER, surge no âmbito do projeto de cooperação “Qualificar o Turismo Ativo”, apoiado pela Abordagem LEADER do PRORURAL.

Enquadrado no projeto está também o “Azores Adventures Weekend” que tem vindo a percorrer as ilhas dos Açores para dar a conhecer as 11 empresas de turismo ativo açorianas parceiras do projeto, convidando as populações locais a participar nas mais diversas atividades (observação de cetáceos, percursos pedestres, mergulho, BTT, canyoning, rapel).

Depois do Faial e Terceira, o evento chegará à ilha Graciosa, em agosto, para mais um fim de semana de aventura (8, 9 e 10 de agosto) e muita animação.



Bienal de Turismo de Natureza Algarve 2014

Dar a conhecer a oferta e os recursos turísticos já estruturados na região do Algarve em torno das quatro rotas “Puro Algarve” – Rota do Olhar, Rota do Tempo, Rota da Aventura, Rota dos Aromas e Sabores –, colocando o Algarve na Rota do Turismo de Natureza como um destino turístico europeu, é o objetivo da Bienal de Turismo de Natureza Algarve 2014, que irá decorrer em Aljezur, de 26 a 28 de setembro.

Pretendendo ser um momento de afirmação do potencial natural e

autêntico do Algarve e uma mostra da oferta turística existente, o evento contará com a participação de 70 empresas de alojamento, restauração e animação turística da região, que terão oportunidade de participar em reuniões de negócios com agências de viagens e outros operadores internacionais dos principais mercados emissores (França, Alemanha, Holanda e Inglaterra), promovidas pela Associação Turismo do Algarve (ATA).

Paralelamente, e em parceria com a Universidade do Algarve, serão dinamizados um conjunto de seminários e conferências com oradores nacionais e internacionais, proporcionando a troca de experiências e a reflexão em torno de casos de sucesso, tanto na estruturação como na promoção de produtos de Turismo de Natureza. No espaço da feira terão ainda lugar workshops, organizados em conjunto com as empresas de animação turística da região.

O objetivo passa também por lançar o debate com vista a um compromisso

regional para o Turismo de Natureza no Algarve, um produto turístico emergente, claramente em ascensão, que carece de estruturação e especialização, fundamentais para reduzir a sazonalidade turística e as assimetrias socioeconómicas regionais.

A Fortaleza de Sagres foi o cenário escolhido para a apresentação pública da Bienal, no dia 2 de junho, que contou com as presenças do Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, dos presidentes da Câmara Municipal de Vila do Bispo, da AMAL e da Região de Turismo do Algarve, e da Vice-presidente da Vicentina.

A Bienal de Turismo de Natureza Algarve 2014 resulta de uma parceria transnacional, constituída pelas associações Vicentina, In Loco e Terras do Baixo Guadiana, do Algarve, e entidades de Espanha e Grécia, no âmbito da cooperação LEADER do PRODER.

Inscrições abertas em:

<http://www.btn.pt/>



Terras do Ba

De 6 a 10 de junho, cinco técnicos da Associação Terras do Baixo Guadiana realizaram uma visita de capacitação a Marrocos, para conhecer os múltiplos aproveitamentos dos recursos locais semelhantes aos do território algarvio, perceber como está organizada a produção, e estabelecer contactos, tendo em vista futuras parcerias e intercâmbios de produtores.

Rabat foi a primeira cidade de paragem, onde a delegação portuguesa teve a oportunidade de conhecer uma



“Dinis e o Lobo” História do lobo bom

O Parque Biológico de Vinhais, em pleno Natural de Montesinho, foi o cenário real da peça de teatro “Dinis e o Lobo” representada por um grupo de crianças do Centro Escolar de Santa Maria, de Bragança, e da Escola EB de Vinhais, junto da pastora Dona Aninhas e do seu rebanho.

Explicar porque se deve promover a coexistência pacífica entre os lobos e a atividade pastorícia, foi o objetivo do encontro, reunindo mais de 50 alunos, professores e jornalistas, no passado dia 11 de junho, que terminou com uma merenda coletiva.

A iniciativa de sensibilização surge na sequência do livro infantil “Dinis e o Lobo”, publicado pela Corane – Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina, com a colaboração dos alunos, para desmitificar a ideia do “lobo mau”.

Depois deste livro, editado através do projeto de cooperação transnacional “Wolf: Wild Life & Farmers”, no âmbito do qual também surgiram o DVD de educação ambiental “Olhares sobre o Lobo da Terra Fria” e a exposição itinerante “Amigo Lobo – Lenda e Realidade do Lobo

Ibérico”, entre outras atividades para públicos diferenciados, a associação já se encontra a preparar a edição de mais um título: “O covil do relâmpago”.

Não obstante o encerramento do projeto, apoiado pela Abordagem LEADER do PRODER, em dezembro de 2013, a associação defende que “não se deve parar o trabalho com o fecho dos programas, sendo necessário rentabilizar os investimentos realizados e os conteúdos produzidos, continuando a prosseguir os objetivos definidos”.

Tejo Vivo Parceria renova laços de cooperação

Renovar os laços de cooperação da parceria e aumentar a rede de parceiros são os objetivos da Rede para a Valorização dos Territórios Vinculados ao Tejo, que definiu a inovação social, o desenvolvimento económico e o ambiente como as áreas a desenvolver nos próximos anos.

“Estes vão ser os três grandes temas que vão nortear o Tejo Vivo até 2020”, referiu Pedro Saraiva, coordenador da Tagus – associação que lidera a parceria nacional – no seminário final do projeto, realizado em Constância, a 11 de julho.

Procurando respostas para três grandes questões – Como é que os locais e os territórios podem contribuir para o estímulo à inovação social? Que oportunidades de desenvolvimento económico o Europa 2020 e o H2020 aportam aos territórios rurais ibéricos? Como é que as iniciativas locais e os territórios podem contribuir para a mitigação dos impactos das alterações climáticas? – contou com mais de 40 participantes de Portugal e de Espanha.

O encontro foi também de balanço do trabalho desenvolvido nos últimos anos – “um trabalho de construção e consolidação dos laços que unem as 17 associações ibéricas em torno do rio Tejo e territórios associados” – como referiu Pedro Saraiva.

A 1.ª Transibérica em BTT Tejo/Tajo Vivo, o 1.º Festival Ibérico de Gastronomia, a criação de um jogo didático sobre o Tejo e a participação em feiras internacionais de turismo, divulgando o potencial dos territórios ribeirinhos, foram alguns dos “frutos” mencionados pelo coordenador da Tagus para ilustrar a dinâmica criada no âmbito desta parceria estratégica, consolidada com a assinatura da nova carta de compromisso para o Tejo/Tajo Vivo 2014-2020.

<http://goo.gl/zfu6C8>



ixio Guadiana em Marrocos

empresa (Sencha – Palais Des Thés) que assegura a comercialização de ervas aromáticas (em modo de produção biológico) de um conjunto de cooperativas e produtores individuais, através da sua loja em Rabat e da exportação para vários países da Europa e Arábia Saudita.

As aromáticas voltaram a estar em foco em Casablanca, na loja da sociedade AHLA SARL, onde também têm lugar outros produtos, como mel, óleo de argânia e cosméticos, numa

forte aposta ao nível da qualidade e do marketing, de acordo com os técnicos da associação algarvia.

Em Agadir, os técnicos visitaram o Grupo de Interesse Económico Targanine, constituído por seis cooperativas femininas que trabalham na fileira da argânia, do figo da Índia e da amêndoa, e o 2.º Salon de Produits de Terroir, que se realizou naquela cidade, no âmbito do qual reuniram com o presidente da Associação Nacional de Figo da Índia.

Tendo constatado a forte aposta de Marrocos na qualidade dos seus produtos e no marketing, e a elevada importância da organização ao nível da produção, os técnicos concluíram que “dada a semelhança entre os produtos dos dois territórios, devem ser reforçadas as parcerias de forma a incentivar e a capacitar os produtores das Terras do Baixo Guadiana, para o desenvolvimento de novas atividades económicas de valorização dos recursos locais”.



Uma nova realidade para a articulação das políticas

Há bastante tempo que muitos agentes de desenvolvimento dos territórios rurais, as Associações de Desenvolvimento Local (ADL), os municípios e respetivas associações, e outras pessoas e organizações públicas e privadas envolvidas na dinamização e/ou reflexão acerca do desenvolvimento em espaço rural vêm alertando para a necessidade de coordenar esforços para promover o desenvolvimento rural, articulando as políticas e as intervenções, de modo a potenciar a sua eficácia, revertendo a tendência para o despovoamento, a redução da atividade económica, o abandono das terras, a degradação dos recursos e a perda de identidade.

Contudo, apesar da relativa unanimidade que estas posições habitualmente granjeiam, a realidade é que estas ideias têm tido muita dificuldade em conseguir ser transformadas em ações e iniciativas concretas.

A verdade é que se vive a este nível num anacronismo a que tem sido difícil dar resposta, pois apesar da concordância geral acerca da importância de articular as políticas e as intervenções,

em cada caso concreto da iniciativa política, verifica-se uma grande dificuldade em conciliar objetivos muitas vezes contraditórios. Como consequência, apesar de todos, incluindo os decisores políticos, estarem de acordo quanto à importância de proporcionar a disponibilidade de serviços públicos aos cidadãos que vivem nos territórios rurais, no concreto as decisões políticas são tomadas ao arrepio dessa convicção. Em consequência, fecham-se escolas, tribunais, serviços de saúde, estações dos correios, linhas de caminhos-de-ferro, repartições de finanças, etc.

Confrontados com os objetivos específicos da sua área de atuação, seja de racionalização de serviços, redução de custos, qualidade dos serviços prestados, ou outros, cada decisor tem privilegiado os seus objetivos setoriais em detrimento dos objetivos gerais de desenvolvimento integrado.

Não se trata de qualquer maldade que alguém queira infligir aos territórios rurais, como por vezes pode parecer, de tal modo as contradições são

por vezes gritantes, mas de um comportamento humano normal e até previsível: se cada um tem uma responsabilidade setorial, procurará trabalhar tão bem quanto possível para alcançar os melhores resultados naquilo que é o seu âmbito de atuação mais direto: a sua área setorial. Assim, naturalmente, irá dar prioridade aos seus objetivos setoriais, em detrimento de objetivos mais globais em que tem apenas uma pequena, e difusa, quota de responsabilidade. O desenvolvimento global dos territórios rurais resulta de uma multiplicidade de variáveis, a sua área de responsabilidade setorial é direta e é sobre essa que pode e deve intervir.

Significa isto que sem modelos de governança integrada, cujo âmbito de intervenção corresponda aos objetivos globais, será difícil que quem tenha responsabilidades executivas possa dar prioridade a esses objetivos globais. E a realidade é que as entidades que dispõem de objetivos globais de desenvolvimento dos territórios – as autarquias, as Comunidades Intermunicipais, as ADL – têm a sua intervenção

muito limitada pela escassez de recursos e pela sobreposição de entidades da Administração Central com responsabilidades setoriais e modelos de intervenção e decisão centralizados.

A experiência LEADER

Os mais de 20 anos de experiência LEADER em toda a Europa vieram criar algum contraponto a este estado de coisas, com resultados muito expressivos, apesar dos recursos escassos que foram canalizados para essas intervenções. Com o LEADER foi possível implementar modelos de intervenção focados nas necessidades e potencialidades de cada território, mobilizando os agentes locais para concretizarem esse desenvolvimento.

Mas, claro está, mantendo-se as políticas globais centrípetas, com muito mais recursos e com o controlo efetivo sobre áreas de grande impacto na vida das comunidades (saúde, educação, transportes e outras infraestruturas, etc.), a tendência centralista



Foto: Domingos Xavier

com maior proximidade ao território. A escala de intervenção dos PO Regionais (NUTS II) é, porém, ainda demasiado grande para poder considerar as especificidades dos territórios e, portanto, adaptar-se a essas diferenças. Certamente que as necessidades e potencialidades da Terra Quente, em Trás-os-Montes, são diferentes das do Porto, assim como as da Serra da Estrela são diferentes das de Coimbra, por exemplo.

Os desafios do DLBC

Apesar de se manterem a maioria destes constrangimentos no novo período de programação 2014-2020, ao consagrar-se a possibilidade de as Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) poderem passar a ser financiadas por diferentes fundos, o que foi acolhido por Portugal, abriram-se novas oportunidades que poderão fazer uma grande diferença: estabelecer novas dinâmicas de relacionamento interinstitucional e testar as intervenções territorializadas a um nível mais vasto do que o habitualmente reservado às ADL.

As entidades gestoras de cada fundo serão pela primeira vez confrontadas com a necessidade de articular as suas intervenções para concretizar EDL que presidirão à intervenção em cada território. Fundos como o FSE e o FEDER irão agora ter, além das prioridades e estratégias nacionais e regionais, estratégias e prioridades sub-regionais, que deverão dar resposta a estratégias locais, construídas em parceria pelas entidades que melhor conhecem o território.

Neste domínio, revelam-se preocupantes os desafios que se colocam às diferentes estruturas da administração envolvidas na programação, para coordenar a intervenção dos diferentes fundos no Desenvolvimento Local de Base Comunitária, de forma a salvaguardar estratégias integradas, abrangentes e que respeitem dinâmicas locais emergentes dos territórios (“bottom up”). Trata-se de um caminho novo que tem de ser trilhado e, se o conseguirmos superar, poderá ser o início de um processo mais vasto em que a articulação das entidades seja a regra, visando a concretização de estratégias comuns em cada território.

Claro que esta nova realidade não será a panaceia para todos os problemas e que as dificuldades de articulação de objetivos e estratégias continuarão a existir. Mas, apesar das dificuldades que a necessidade de articulação trará, a experiência de trabalho que será criada nos próximos anos permitirá ajudar todos a compreender como será possível trabalhar em conjunto, convergir, aprender com os erros e com os sucessos, criando novas formas de relacionamento interinstitucional e uma cultura de trabalho em parceria.

ONDE ESTAMOS



As 53 ADL que constituem a Federação MINHA TERRA encontram-se distribuídas por todo o território nacional.

Portugal Continental



Região Autónoma dos Açores



Região Autónoma da Madeira



- 01 ADER-SOUSA
www.adersousa.pt
- 02 AD RAT
www.adrat.pt
- 03 AD RIL
www.adril.pt
- 04 AD RIMAG
www.adrimag.com.pt
- 05 AD RIMINHO
www.adriminho.pt
- 06 AD RITEM
www.adritem.pt
- 07 ATAHCA
www.atahca.pt
- 08 BEIRA DOURO
www.beiradouro.pt
- 09 CORANE
www.corane.pt
- 10 DESTAQUE
www.destaque.com
- 11 DOLMEN
www.dolmen.co.pt
- 12 DOURO HISTÓRICO
www.dourohistorico.pt
- 13 DOURO SUPERIOR
www.dourosuperior.pt
- 14 PROBASTO
www.probasto.pt
- 15 SOL DO AVE
www.soldoave.pt
- 16 AD ELO
www.adeito.pt
- 17 ADAE
www.adae.pt
- 18 ADD
www.add.pt
- 19 ADD LAP
www.addlap.pt
- 20 ADERES
www.aderes.com.pt
- 21 ADIBER
www.adiber.pt
- 22 ADICES
www.adices.pt
- 23 AD RUSE
www.adruse.pt
- 24 AD RACES
www.adraces.pt
- 25 RAIÁ HISTÓRICA
www.raiahistorica.org
- 26 DUECEIRA
www.dueceira.pt
- 27 PINHAL MAIOR
www.pinhalmajor.pt
- 28 PRÓ-RAIA
www.pro-raia.pt
- 29 RUDE
www.rude-adr.pt
- 30 TERRAS DE SICÓ
www.terrasdesico.pt
- 31 ADIRN
www.adirn.pt
- 32 ADREPEs
www.adrepe.pt
- 33 APRODER
www.aproder.pt
- 34 CHARNECA
www.charnecaribatejana.pt
- 35 LEADER OESTE
www.leaderoeste.pt
- 36 TAGUS
www.tagus-ri.pt
- 37 ADER-AL
www.ader-al.pt
- 38 ADL
www.adl.litoralalentajano.pt
- 39 ESDIME
www.esdime.pt
- 40 LEADERSOR
www.leadorsor.pt
- 41 ROTA DO GUADIANA
www.rotaguadiana.org
- 42 MONTE-ACE
www.monte-ace.pt
- 43 ALENTEJO XXI
www.alentejoxxi.pt
- 44 TERRAS DENTRO
www.terrasdentro.pt
- 45 VICENTINA
www.vicentina.org
- 46 IN-LOCO
www.in-loco.pt
- 47 TERRAS DO BAIXO GUADIANA
www.atbaixoguadiana.pt
- 48 ADELIACOR
www.adeliacor.org
- 49 ARDE
www.arde.pt
- 50 ASDEPR
www.asdepr.com.pt
- 51 GRATER
www.grater.pt
- 52 ACAPORAMA
www.acaporama.org
- 53 AD RAMA
www.adrama.pt

cas

mantive-se predominante. Ainda assim, com o LEADER foi possível ir conseguindo pequenas vitórias, fundamentais não só para que a situação nas zonas rurais não se degradasse ainda mais, mas também para termos hoje muitos exemplos de territórios que conseguiram afirmar-se como espaços de desenvolvimento e de valorização dos seus recursos endógenos.

O que sempre se verificou com os fundos comunitários em geral, tirando honrosas exceções como o LEADER ou a EQUAL, foi uma certa replicação desse modelo de decisão e intervenção: estruturas centrais, distantes das necessidades e potencialidades locais, a decidirem as regras de aplicação dos fundos e avaliarem o mérito dos projetos que a eles se candidatavam, sem a possibilidade de adaptarem essas regras às prioridades de desenvolvimento de cada território.

É verdade que ao nível do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) foi feito um esforço de aproximação e foram desenhados Programas Operacionais Regionais,

Da abordagem experimental ao DLBC

Desde que há mais de 20 anos foi iniciada a intervenção LEADER na União Europeia, na altura ainda como programa experimental que visava testar uma nova abordagem ao desenvolvimento rural, o LEADER viu o seu orçamento crescer, o número de Grupos de Ação Local (GAL) intervenientes aumentar exponencialmente, assim como o número de territórios abrangidos e, por maioria de razão, também a população e superfície alvos de intervenção.

Na fase inicial, entre 1991 e 1993, foram abrangidos 217 territórios rurais em toda a Europa, 20 dos quais em Portugal, onde o LEADER era gerido pelo mesmo número de GAL. O LEADER tinha como objetivo a experimentação de novas abordagens locais territorializadas, inovadoras e demonstrativas, baseando-se numa visão integrada e endógena do desenvolvimento rural.

Os bons resultados obtidos com o programa experimental levaram a Comissão Europeia a propor o alargamento do LEADER, que passou a Iniciativa Comunitária LEADER II. Com este pretendia-se atingir todos os territórios rurais desfavorecidos da União Europeia, mas mantendo o seu carácter experimental, de forma a possibilitar a emergência de soluções e ideias inovadoras, que eventualmente pudessem depois ser transferidas para outros territórios.

Com 906 GAL envolvidos, o LEADER II dispôs de 5,37 mil milhões de euros de orçamento público total, o que representava mais de quatro vezes o que havia sido dispendido com o programa inicial. Em Portugal, o lançamento do LEADER II traduziu-se no alargamento para 48 GAL, o que permitiu cobrir quase a totalidade das zonas rurais do país.

No âmbito da preparação da Agenda 2000 a nível europeu, foram delineadas as linhas mestras do que viria a ser o LEADER+. Um dos principais objetivos desta nova Iniciativa Comunitária era o de completar os programas de mainstream existentes ao nível da Comissão Europeia e dos Estados-Membros (EM), incentivando abordagens integradas concebidas e postas em prática pelos GAL, acentuando o seu carácter experimental e laboratorial.

O LEADER+ passou a cobrir 1.153 territórios rurais, tendo o orçamento público total baixado ligeiramente.

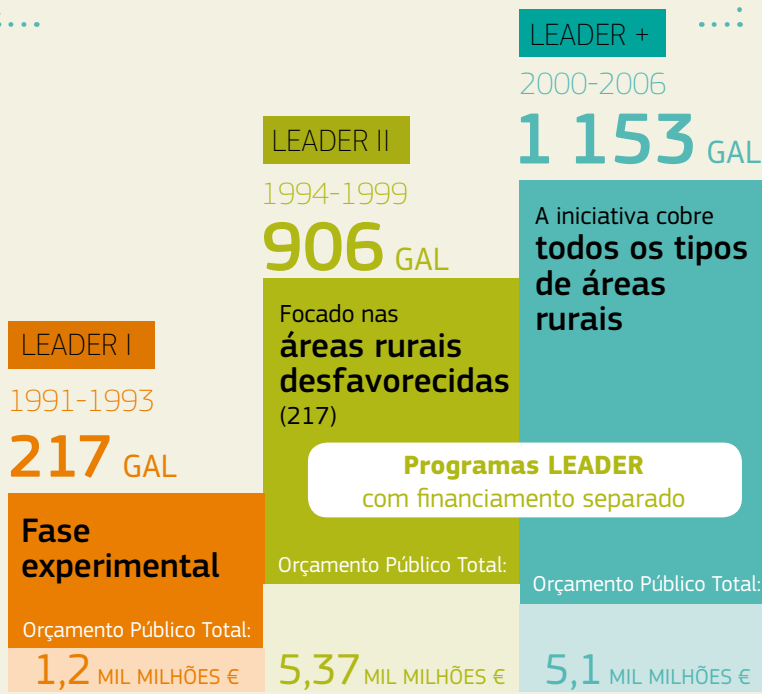
Na transição para o período de programação 2007-2014 operou-se uma grande mudança no LEADER, tendo sido decidido passar a integrá-lo nos Programas de Desenvolvimento Rural

EVOLUÇÃO LEADER...

LEADER = Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural

GAL = Grupos de Ação Local

EDL = Estratégias de Desenvolvimento Local



LEADER/Eixos

2007-2013

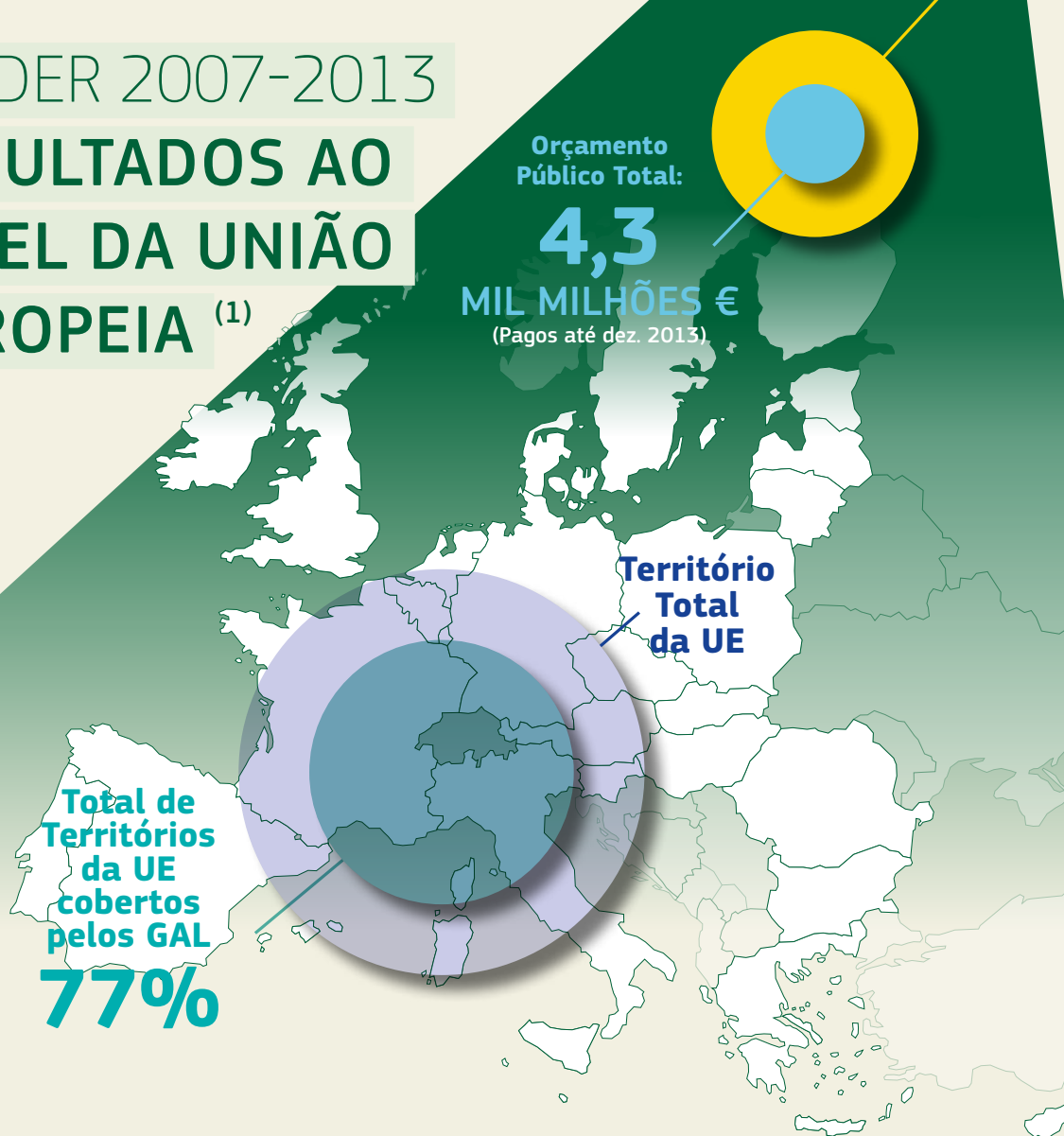
2 402 GAL

Integrada na política de Desenvolvimento Rural da UE que cobre 2 402 territórios rurais

Orçamento Público Total:

9,2 MIL MILHÕES €

LEADER 2007-2013 RESULTADOS AO NÍVEL DA UNIÃO EUROPEIA (1)



GAL

2 402

Número total de **GAL** que receberam apoio para a implementação das suas estratégias de desenvolvimento local e outras ações LEADER

Projeto

89 793

Número total de **projetos** que são apoiados e cofinanciados pelos GAL

Beneficiários

121 255

Número total de **beneficiários** apoiados através de projetos financiados pelos GAL

Projetos de
Cooperação**409⁽²⁾**

Número total de **projetos de cooperação transnacionais** apoiados

Participantes
no Projeto**1 469⁽³⁾**

Número total de **GAL que participaram** em projetos de cooperação apoiados

Ação

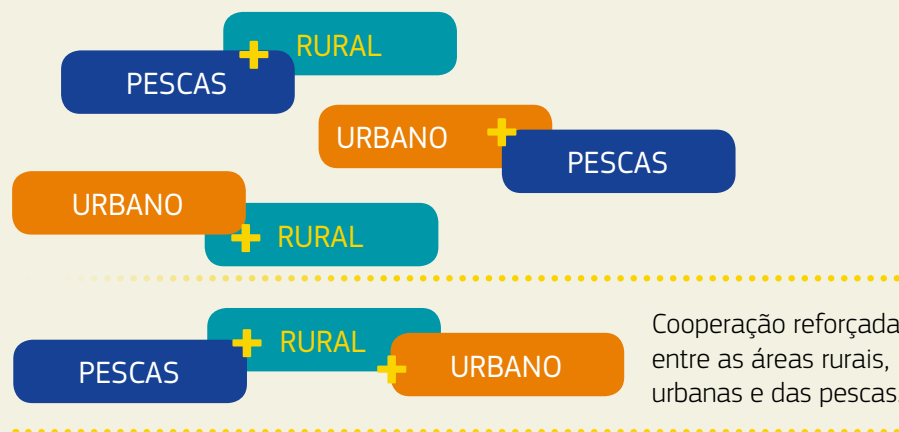
133 748

Número total de **ações dos GAL apoiadas**

LEADER 2014-2020

A ABORDAGEM COMUM DO DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA ⁽⁴⁾

A existência de Estratégias de Desenvolvimento Local multifinanciadas permite que várias políticas da UE possam contribuir para o desenvolvimento local de acordo com os objetivos de política.



Cooperação reforçada entre as áreas rurais, urbanas e das pescas.

(1) Resultados até dez 2012 (DG AGRI).

Para mais informações sobre os mais recentes indicadores de monitorização, por favor visite a secção "Rural Development Policy in Figures" em www.enrd.eu

(2), (3) Notificações de projetos de Cooperação Transnacional LEADER (CTL) submetidos pelas Autoridades de Gestão via SFC 2007 até 31/03/2014.

(4) Para mais informações sobre o LEADER e a abordagem DLBC a ser implementada durante o período de programação de 2014-2020, por favor consultar as secções LEADER Gateway e CLLD em www.enrd.eu

Fonte: Rede Europeia de Desenvolvimento Rural

existentes nos EM, apresentando-se agora como Abordagem LEADER.

Esta alteração resultou numa maior burocratização do LEADER e numa menor autonomia dos GAL. Como consequência, o carácter experimental e inovador foi-se reduzindo, pois a maior formatação do Programa implicava que este tinha menor espaço para projetos que se afastassem muito do que estava já previsto à partida. Muitos projetos inovadores passaram também a ter mais dificuldade de apoio por comportarem mais risco, o que não acontecia tanto nas fases iniciais do LEADER em que os programas eram menos avessos a projetos que, pelo seu carácter inovador, compreendessem um risco mais elevado do que os

projetos mais convencionais, com menos risco, mas também com menos potencial de criarem soluções diferenciadoras e imprimirem novas dinâmicas aos territórios rurais.

Não obstante estas contingências, o LEADER continuou a produzir resultados muito expressivos. Com um orçamento público total que subiu para 9,2 mil milhões de euros, o LEADER passou a abranger 2.402 GAL em toda a União Europeia, 53 em Portugal, cuja intervenção foi fundamental para desenvolver os respetivos territórios.

Em Portugal, assim como noutros países da Europa, o LEADER afirmou-se como o segmento da política de desenvolvimento rural mais gerador de emprego, o que se revelou

particularmente importante numa altura de crise como a que vivemos.

2014-2020

No período de programação de fundos comunitários que agora se inicia, o LEADER volta a sofrer uma mutação, agora no sentido daquilo que os GAL vêm defendendo: uma maior integração das políticas e dos fundos comunitários que lhes servem de instrumentos para promover o desenvolvimento.

Os EM dispõem agora da possibilidade, que foi acolhida por Portugal, de desenvolver Estratégias de Desenvolvimento Local financiadas por diferentes fundos, identificando, se

assim entenderem, um fundo principal, através de um novo instrumento regulamentar, o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). No âmbito do DLBC, além dos projetos apresentados pelos promotores, apoia-se também a conceção da estratégia e a parceria do GAL responsável por coordenar a sua aplicação e pela animação socioeconómica do território.

Fundos com diferentes proveniências e tipologias de atividades apoiadas poderão agora ser mobilizados para iniciativas que contribuam para o desenvolvimento de cada território, dotando assim os GAL e as Estratégias de Desenvolvimento Local de maiores capacidades para uma intervenção abrangente e integrada.



Consulta pública para a implementação da Agenda Pós-2015

Contributos locais para desafios globais

A dimensão de “localização” da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 lança questões acerca do papel da intervenção local para alcançar objetivos globais. Um princípio, de atuação, que emergiu do evento final do processo de consulta pública para a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, que decorreu dia 7 de julho, em Lisboa.

O relatório dos Objetivos do Milénio (ODM) revela resultados como a redução da pobreza extrema em 50%, progressos no acesso a água potável para 2,3 milhões de pessoas, reduções de Malária e Tuberculose que terão evitado cerca de 3,3 milhões de mortes ou ainda a redução da disparidade de matrículas entre rapazes e raparigas na educação primária em todas as regiões em vias de desenvolvimento. “São progressos, mas requer-se mais esforço”, comentou Francesco Bicchiate (Programa

das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD), na apresentação do relatório, durante o evento.

“Não chegamos ao fim da História. Pelo contrário, abrimos um novo capítulo”, evocou o vereador para as Relações Internacionais da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Manuel Castro, para ilustrar a postura face aos novos desafios. Ideia partilhada pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Luís Campos Ferreira, para quem este

evento “não é o final de um processo mas uma excelente oportunidade para reforçar a colaboração”, assegurando o seu empenho e o compromisso do Estado português.

Em Portugal, uma Comissão Organizadora, constituída por Federação Minha Terra, ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, Conselho Nacional da Juventude (CNJ), Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM) e Plataforma

Unidas lançou os “Diálogos para a Implementação da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015”, que prossegue a consulta iniciada no ano anterior, focando-se nos mecanismos de implementação. Segundo Gemma Aguado (PNUD), esta consulta afirma a “crescente importância da dimensão local no desenvolvimento”.

Entre as lições aprendidas com os ODM salienta-se o papel fundamental da intervenção local na prossecução de objetivos globais e a necessidade de atuação local para complementar e sustentar as estratégias de desenvolvimento nacionais. Por isso, a consulta sobre a “Localização” incide no debate sobre o modo de implementação. Focando-se no “como” mais do que no “quê”, interessa perceber como devem funcionar os processos de governança local, e que mecanismos, ferramentas, inovações, plataformas e processos são requeridos para transpor a Agenda para práticas a nível local, e de que modo se devem envolver atores locais como municípios e associações de desenvolvimento local.

<http://goo.gl/2ercSM>

Na apresentação da síntese de resultados da consulta portuguesa (ver artigo “Agenda de Desenvolvimento Pós-2015”, no [website](#) da Federação Minha Terra, com todas as propostas), Pedro Krupenski, porta-voz da Comissão Organizadora, assinalou a ancoragem nos Direitos Humanos, ratificação de tratados internacionais, sensibilização da opinião pública ou estabelecimento de parcerias como facilitadores do processo, enquanto nas respostas sobre os instrumentos de implementação mencionaram-se padrões internacionais e mecanismos de avaliação e monitorização dos Direitos Humanos, instrumentos de comunicação e educação, e mecanismos de governança. O documento aponta a importância da criação de condições para que a implementação envolva municípios e organizações e redes da sociedade civil, num processo que deve reclamar responsabilidades específicas dos Estados, parlamentos, governos, municípios, setor privado, Academia ou Justiça, mas que conclui que a responsabilidade deve ser de todos os cidadãos.

Portuguesa das ONGD, com apoio do Centro Regional de Informação das Nações Unidas (UNRIC), respondeu ao desafio lançado pelo PNUD, e dinamizou a consulta nacional. Durante maio e junho, realizaram-se seis workshops – Lisboa (dois), Porto, Évora, Coimbra e Funchal –, e foi disponibilizado um questionário online.

Crescente importância da dimensão local no desenvolvimento

A consulta insere-se num processo amplo, promovido pelas Nações Unidas, que visa discutir o futuro quadro de desenvolvimento, que substituirá os ODM. A Agenda Pós-2015 será o “conjunto de propostas que sairão destes processos de consulta e que irão orientar as políticas de desenvolvimento em todo o mundo nos próximos 15 anos”. Em 2013, cerca de dois milhões de pessoas envolveram-se neste movimento, em 88 países. Desta primeira fase, que pretendia conhecer as prioridades, emergiram seis áreas temáticas: Localização da Agenda; Apoio para reforçar capacidades e instituições; Monitorização participativa; Parcerias com sociedade civil e outros atores; Parcerias com setor privado; e Cultura e Desenvolvimento.

Em 2014, o Grupo de Desenvolvimento das Nações



Pela valorização da produção regional

Para a Região Autónoma da Madeira e para o seu Governo Regional, a agricultura é fundamental, em especial pelo peso social e económico significativo que ela tem e que está a crescer, graças aos investimentos estratégicos no sector, à permanente articulação entre os produtores, as entidades públicas e empresariais, no sentido de se produzir em função das necessidades do mercado.

Mas, esse crescimento sustentado resulta, também, de um esforço e de uma estratégia continuada do Governo Regional, no sentido de encontrar, a cada momento, as melhores soluções para o sector, algumas inéditas no plano nacional e até europeu.

Entre esses projetos destaca a “Marca Madeira” e o “Mercado Agrícola Online”, os quais mereceram, inclusive,

uma atenção especial de entidades internacionais, como foi o caso da Rede Rural Europeia, que deu a conhecer estas duas medidas implementadas na Região Autónoma da Madeira, apresentando-as como exemplares e inovadoras.

No caso do “Marca Madeira”, trata-se de uma estratégia que foi materializada com um selo distintivo, o qual foi lançado em meados de 2011, tendo por objetivo fomentar o aumento do consumo e da produção de produtos regionais, atestando, inequivocamente, que o local de obtenção/fabrico dos produtos que o ostentem é a Região Autónoma da Madeira.

Nesse sentido, o símbolo gráfico funciona como um catalisador da vontade e do orgulho dos que produzem e dos que consomem as produções

genuinamente locais, contribuindo, desta forma, para alicerçar uma relação de confiança e de cumplicidade entre uns e outros, assim favorecendo o aumento da produção e comercialização destes bens, com benefícios económicos para todos e para a economia regional.

No caso do “Mercado Agrícola Online”, trata-se de uma plataforma que é mais um serviço que o Governo Regional presta aos agricultores e também aos consumidores. É uma boa articulação entre a tradição, aquilo que distingue os produtos tradicionais da Madeira e os produtos regionais, e a inovação, uma plataforma digital que é criada e é mantida pelo Governo Regional, e que não tem custos para os produtores.

Esta plataforma permite criar uma “montra eletrónica”

e é só isso, porque não se compra nem se vende diretamente na plataforma, criam-se os contatos, anunciam-se produtos que depois são vendidos no contato direto entre os produtores e os consumidores.

Neste momento, a Região Autónoma da Madeira tem cerca de 14 mil explorações agrícolas e pensamos que existem condições para que a generalidade dos mesmos aceda à plataforma. Isto corresponde a uma nova fase de crescimento da produção agrícola regional e é preciso acrescentar ao aumento da produção o aumento de vendas. Eliminam-se alguns intermediários e, dessa forma, quem vende, os produtores, vende a melhor preço e quem compra, compra também a melhor preço.

Por isso, pensamos que esta é uma solução, por um lado, inovadora, e, por outro, também muito eficiente, além de ser mais um estímulo ao crescimento da produção agrícola da Região.

Além disso, se por um lado os produtores que intervêm neste processo apenas podem ser aqueles que produzem na Região, os consumidores não. Por isso, todos aqueles que acedam à plataforma, estejam onde estiverem, na Região, no território continental, na Europa ou em qualquer outra parte do mundo podem comprar. E aqui entram não só os portugueses que não residem na Região, a quem fazemos um apelo para utilizarem a

mesma, mas entram também os portugueses e, em particular, os madeirenses residentes, nomeadamente, nos países da emigração, que têm aqui uma boa forma de ter um contato e possibilitar a aquisição, a bons preços, dos produtos da sua terra.

Outra das medidas implementadas pelo Governo Regional, foi a criação dos Centros de Abastecimento, os quais têm sido importantes aliados para os produtores, centralizando e acondicionando os produtos para posterior comercialização, sem custos para os produtores.

Ao nível do apoio direto à produção, foram também criados os técnicos concelhios, um conjunto de engenheiros agrónomos cuja missão é acompanhar, in loco, os produtores, nos onze concelhos da Madeira e Porto Santo, registando as suas dificuldades e indicando as soluções técnicas mais adequadas para as diferentes situações.

O Governo Regional da Madeira vai continuar a implementar medidas que, como estas, contribuem para o reconhecimento da importância e do contributo da produção primária, em particular da agricultura e das pequenas explorações, quer para o rendimento dos produtores, quer para a sustentabilidade e criação de dinâmicas de desenvolvimento local e regional de outros setores.

Hoje, mais do que nunca, a adversidade não pode ser vista apenas como um obstáculo, ela deve ser encarada também como um fator que estimula e aguça a criatividade e o empreendedorismo, conceitos que se têm mostrado eficazes no encontrar das soluções para o futuro.



Manuel António Correia
Secretário Regional
do Ambiente e Recursos
Naturais da Região Autónoma
da Madeira

Valorização económica da biodiversidade e do património natural



É no meio rural onde melhor se exemplifica a forte relação entre Homem e Natureza, onde é assegurada a produção de bens e serviços essenciais à vida, e onde se reconhece a importância dos valores naturais: do solo, da água e da biodiversidade. O desenvolvimento económico do país não pode estar apenas assente nas áreas urbanas, sendo o desenvolvimento rural, sem dúvida, um pilar de sobrevivência do nosso território.

O território deve ser um sistema equilibrado, no qual as áreas rurais, com a sua riqueza em recursos e as suas tradições, se contrabalançam com as áreas urbanas. Contudo, o desenvolvimento territorial das últimas décadas tem demonstrado um desequilíbrio acentuado entre o urbano e o rural, entre o interior e o litoral.

Para promover o necessário equilíbrio, tenho dado particular enfoque a duas reformas que considero estruturais para o desenvolvimento do país: i) a reforma do ordenamento do território e ii) a criação de uma marca nacional associada às Áreas Classificadas, que estimule o seu desenvolvimento.

A primeira visa contribuir para um ordenamento do território mais racional e eficaz.



Miguel de Castro Neto, Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza desde julho de 2013, é Doutorado em Engenharia Agronómica pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, Mestre em Economia Agrícola pela Universidade de Évora, sendo licenciado em Engenharia Agrícola pela Universidade de Évora. Foi subdiretor do Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação da Universidade Nova de Lisboa, onde desempenhou as funções de Professor Auxiliar, e desenvolveu diversas atividades de cooperação nos países africanos lusófonos. Foi presidente do Conselho Nacional do Colégio de Engenharia Agronómica da Ordem dos Engenheiros e membro da Plataforma para o Crescimento Sustentável.

Com efeito, com a publicação da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, que aprovou as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, introduziram-se importantes alterações, com o objetivo de conter a expansão urbana, centrando a atenção na revitalização dos centros históricos. Concentram-se ainda as regras vinculativas aos particulares no Plano Diretor Municipal, impondo à administração central maior coordenação das suas políticas e ao particular uma maior segurança e transparência.

Esta abordagem protege e promove o espaço rural, na medida em que se pretende estancar a proliferação indiscriminada da edificação dispersa nos solos rústicos periurbanos. Por outro lado, é ainda importante potenciar os espaços silvestres periurbanos e metropolitanos, aumentando a qualidade de vida e a sensibilização da população urbana para os valores naturais.

A segunda grande medida está intimamente associada ao desenvolvimento rural, em particular em zonas especialmente ricas em património natural. Pretende-se lançar uma marca de âmbito nacional, que potencie a criação de uma rede de destinos atrativos, baseada em produtos e serviços de qualidade desenvolvidos com base nos recursos endógenos das Áreas Classificadas de Portugal continental (incluindo Áreas Protegidas e Rede Natura 2000).

A extensão do território correspondente a Áreas Classificadas – 22% – reflete objetivos ambiciosos, mas também o valor do nosso território em termos de património natural. Apesar dos esforços, a perda de biodiversidade continua, sendo que a deterioração dos habitats deve-se principalmente à fragmentação do solo e ao abandono do espaço rural. O desenvolvimento económico e a conservação da biodiversidade constituem dois pilares indissociáveis ainda que, por vezes, aparentemente não conciliáveis. O desafio é transformar a biodiversidade num fator de valorização económica, através da promoção de bens e serviços a ela associados. É essencial, por isso, transferir os territórios rurais de uma lógica de sobrevivência para uma lógica de criação de valor.

Neste contexto, o espírito de iniciativa e o conhecimento que os agentes locais têm do



território, com destaque para os municípios e as associações de desenvolvimento local, são a minha grande aposta. Com efeito, acredito que uma grande parte das ações que estimulam o desenvolvimento do nosso território, e em particular o desenvolvimento rural, vêm de iniciativas *bottom-up* que, passo a passo, vão cobrindo o nosso país de projetos criativos, humanos e empreendedores.

Com vista à sua implementação, aliámos esta estratégia a fontes de financiamento que permitam o alcance desse desígnio, procurando construir uma matriz transversal, que, através do recurso a vários fundos no âmbito da programação

“Aliámos esta estratégia a fontes de financiamento que permitam o alcance desse desígnio, procurando construir uma matriz transversal, que, através do recurso a vários fundos no âmbito da programação do próximo ciclo de financiamento comunitário, o Portugal 2020, permita alavancar economicamente este tipo de medidas e criar mais riqueza nestes territórios.”

do próximo ciclo de financiamento comunitário, o Portugal 2020, permita alavancar economicamente este tipo de medidas e criar mais riqueza nestes territórios.

Assim, no Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (FEADER), para além do apoio a medidas ambientais essenciais no âmbito da atividade agrícola e florestal, prevê-se o financiamento ao desenvolvimento local, através de medidas como o apoio a produtos locais e à pequena economia existente nestas áreas. Por via do Programa Operacional (PO) Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (Fundo de Coesão), concretiza-se um importante objetivo: o de, ao contrário do que aconteceu no ciclo de financiamento anterior, voltar a trazer a área da conservação da natureza para um programa operacional de âmbito nacional, destacando uma área de intervenção específica dirigida às ações de conservação da natureza e à gestão de áreas classificadas. Por sua vez, através dos PO Regionais e do PO Competitividade e Internacionalização (FEDER), pretende-se complementar os apoios à economia rural, mas também promover o crescimento das atividades associadas aos espaços naturais, como o turismo de natureza. O apoio a esta área será ainda complementado pelo fundo associado às pescas, o FEAMP, e pelo Fundo Social Europeu.

Construiu-se, assim, uma base sólida e abrangente das diferentes vertentes desta estratégia, de forma a encontrar uma multiplicidade de vias de proteção do nosso património natural e de estímulo à economia rural, sempre com o fim de combater o abandono de um território que constitui um dos principais ativos do nosso país.

A marca Natural.PT

O Ministro do Ambiente Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva, presidiu à sessão de apresentação da estratégia para a gestão das áreas classificadas nacionais, no passado dia 25 de Julho, no Palácio da Vila, em Sintra.

O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, Miguel de Castro Neto, apresentou a estratégia nacional associada às Áreas Classificadas (incluindo Rede Nacional de Áreas Protegidas e Rede Natura 2000), através da criação de uma marca nacional que promova a valorização sustentada dos recursos, produtos e serviços locais e a afirmação destes territórios como destinos de excelência, aliada aos princípios de conservação da natureza.

A Natural.PT – Património Vivo é o resultado de um trabalho de proximidade entre diferentes equipas de trabalho e grupos de acompanhamento, envolvendo os atores locais.

A criação de uma marca nacional ligada às Áreas Classificadas e aos seus valores é uma aposta nacional na biodiversidade, na economia, no desenvolvimento rural, no património e no reforço e promoção da identidade de Portugal.

A marca Natural.PT está, assim, associada a um conjunto de tipologias de serviços e produtos que a corporizam e a tornam comercializável. Podem aderir à Natural.PT todas as entidades que desenvolvam a sua atividade relacionada com um

conjunto de tipologias identificadas, que estejam localizadas no território de influência de uma Área Classificada, e que se comprometam com os valores da Natural.PT.

A adesão à marca Natural.PT significa:

- Pertencer a uma rede de territórios e atividades de excelência, com uma estratégia de promoção conjunta e coerente;
- Fazer parte de uma rede de entidades que trabalham em conjunto e se comprometem com a promoção e divulgação de todos os parceiros;
- Fazer parte de um conjunto de entidades de exceção, associadas à valorização e usufruto dos recursos endógenos e espaços naturais classificados, nomeadamente as áreas protegidas;
- Assumir uma conduta de atuação responsável do ponto de vista ambiental e socioeconómico, partilhando dos valores da Natural.PT;
- Ser promovido e divulgado como entidade/produto/serviço Natural.PT em eventos nacionais e internacionais em que a marca esteja presente.

A marca Natural.PT é propriedade do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, IP e o processo de formalização da adesão é efetuado através do Sistema Integrado de Gestão da Adesão (SIGA) disponível no portal [Natural.PT](http://www.natural.pt).

<http://www.natural.pt>

NATURAL.PT



Território – lugar possível de articulação de políticas públicas

Uma breve retrospectiva das tendências recentes e das necessidades de intervenção dos territórios rurais evidencia o carácter limitativo das abordagens da política de desenvolvimento rural, sob enquadramento da Política Agrícola Comum, para promover o desenvolvimento destes territórios:

- **Tendências recentes** [despovoamento dos espaços rurais e envelhecimento das populações que condicionam qualquer esforço de revitalização das economias locais; estreitamento crescente dos recursos do território (equipamentos educativos, serviços de saúde, oferta de transportes e comunicações, estabelecimentos comerciais, ...); e quebra acentuada das dinâmicas de animação económica nos territórios rurais que reflete uma menor capacidade de empreendedorismo e investimento endógeno, mas também uma menor atracção de investimento exógeno, não permitindo capitalizar investimentos efectuados, p.ex., na melhoria da qualidade de vida e na conservação do património rural].
- **Necessidades de intervenção** [estruturação das fileiras agroalimentar e florestal, contribuindo para a integração dos produtores primários na cadeia de valor (sistemas de qualidade, valorização dos mercados locais, ...); transferência de conhecimento e inovação, com acesso a informação técnica, produtiva e de mercado, por parte dos agentes dos sistemas socioeconómicos agro-rurais; organização das produções primárias e criação de respostas de comercialização que reduzam os elos de dispersão da cadeia de valor dos produtos e serviços dos territórios rurais; refuncionalização de equipamentos de saúde, educação e cultura disponíveis, através da oferta integrada (fixa e itinerante) de serviços públicos diferenciados, podendo contribuir para a melhoria da qualidade de vida, a sustentabilidade de limiares de ocupação humana, a fixação e a atracção de população e de actividades económicas].

O enquadramento destas necessidades territoriais de intervenção reflete, em certa medida, o conflito tradicional à mesa do orçamento comunitário entre a política de desenvolvimento rural e a política de coesão, que concentram a maior parte dos recursos do Orçamento da União Europeia.

Os termos de conflito são bastante objetivos: equidade territorial *vs.* eficácia redistri-

butiva, e abordagem integrada vs. abordagem sectorial. E as soluções têm oscilado entre uma maior directividade do nível comunitário e alguma margem de manobra “concedida” aos Estados-Membros e construída no terreno das abordagens de desenvolvimento territorial.

Relativamente às dualidades descritas, o Relatório Barca (Comissão Europeia, 2009) é taxativo quanto às vantagens das políticas de desenvolvimento serem concebidas tendo em conta a dimensão territorial, na justa medida em que o território constitui factor de eficácia, um valor/objectivo que não decorre da simples justaposição de investimentos sectoriais.

Em nosso entender, a densidade dos problemas em presença e a heterogeneidade das necessidades de intervenção, deixa a claro a necessidade de fazer convergir de forma racional e coerente: (i) a *política de desenvolvimento rural* (que adquiriu particular centralidade em sucessivas gerações de programação do FEOGA-O e do FEADER); (ii) as *políticas sectoriais*, na sua aproximação aos territórios (dimensão relevante para as Regiões Convergentes, na afectação regionalizada dos Programas temáticos/sectoriais que abrangem, p.ex., os sistemas de incentivos às empresas); e (iii) as *políticas de coesão* que dispõem de instrumentos de intervenção e de recursos de financiamento (nomeadamente, via FEDER e FSE) especialmente relevantes para investir na melhoria das condições de desenvolvimento. Esta última vertente comporta diversos domínios de investimento, com destaque para: (i) *Investimentos materiais* (infra-estruturas de pequeno porte, equipamentos sociais e outros); (ii) *Investimentos económico-productivos* (investimentos empresariais em ramos de atividade económica não apoiados pelo FEADER que apoia, sobretudo, investimentos na agricultura e no agroalimentar); e (iii) *Conhecimento e Competências* (I&D e formação para a qualificação de ativos).

A referida convergência dinâmica beneficia de orientações promissoras de enquadramento comunitário para mobilização dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, orientações que visam potenciar complementaridades e

sinergias entre instrumentos de política no contexto da programação plurifundos, uma abordagem sem tradição relevante na programação dos Fundos Estruturais em Portugal.

O conhecimento existente dos conteúdos dos projectos de Programas Operacionais (PO) Regionais e também do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR) não reflete uma apropriação efetiva das possibilidades abertas por aquelas orientações de enquadramento dos principais Fundos, sendo disso exemplo:

- a dotação específica para a Abordagem Leader que deveria mobilizar recursos de financiamento (FSE e FEDER, nomeadamente, em vista da concretização da Prioridade 6 do FEADER *Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais, com especial incidência nos seguintes domínios*) viabilizando um recurso sinérgico a estes Fundos da Política de Coesão, no âmbito de Estratégias Locais, está circunscrita ao financiamento FEADER, o qual tem um centramento acentuado em intervenções de matriz agrícola, pequena transformação e comercialização;
- os PO Regionais contemplam uma aproximação às abordagens de desenvolvimento territorial integrado de carácter muito genérico, não explicitando conteúdos (prioridades, objectivos, tipologia de operações, ...) para além do quadro geral constante do Acordo de Parceria, não abordando, no patamar da programação, ideias e propostas interessantes em matéria de valorização económica dos recursos endógenos e de desenvolvimento dos territórios de baixa densidade que constavam, p.ex., dos Planos de Ação Regional;
- os PO Regionais programam dotações financeiras bastante limitadas para Prioridades de Investimento que enquadram, ao nível das NUT II, importantes políticas sectoriais para os territórios, p.ex., nos domínios dos Objectivos Temáticos (OT) 4, 5, 6 e 7 (questionando o verdadeiro impacto de intervenções

“O enquadramento das necessidades territoriais de intervenção reflete, em certa medida, o conflito tradicional à mesa do orçamento comunitário entre a política de desenvolvimento rural e a política de coesão, que concentram a maior parte dos recursos do Orçamento da União Europeia.”

com reduzida dotação de recursos em domínios como a valorização do património natural e cultural, a preservação dos recursos naturais, a mobilidade sustentável, ...) e nos objectivos ligados ao desenvolvimento do Potencial Humano (OT 10) e à Inclusão Social e Emprego (OT 8 e 9) em que à reduzida dotação financeira acresce uma elevada subordinação às necessidades de financiamento das políticas educativa e de protecção social, sem concomitante territorialização dos respetivos objectivos;

• os PO Regionais e, também, o PDR e o PO Temático Inclusão Social e Emprego têm uma abordagem do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) desprovida de compromissos em matéria de governação das áreas de actuação e dos contributos de financiamento, não aprofundando as implicações da matriz plurifundos da programação, nem clarificando mecanismos de organização de candidaturas, de apresentação das mesmas, de análise e selecção de projectos, etc.

Neste contexto, relativamente inesperado e predatório do aproveitamento de oportunidades de programação, consideramos indispensável recuperar alguns princípios-chave da abordagem da problemática do desenvolvimento rural-local que poderão contribuir para salvaguardar um património de intervenção indispensável à valorização social e económica dos territórios rurais:

- assentar as intervenções nos diversos contextos territoriais em instrumentos de planeamento estratégico de desenvolvimento;
- desenvolver abordagens de carácter integrado, concebendo projectos competitivos e sustentáveis, em articulação com outros instrumentos de desenvolvimento territorial;
- valorizar intervenções de carácter temático, criando mais-valias sobre o território e potenciando o perfil de recursos existentes;
- aproveitar e dinamizar a proximidade territorial, relacional e de conhecimento, como base de estruturação de recursos e instrumentos de actuação em prol do desenvolvimento rural;
- promover a inovação social como instrumento-chave do desenvolvimento sustentável e da adequação permanente de respostas às novas necessidades, no quadro de uma nova responsabilização das pessoas e organizações na vida económica e social (condição de revitalização dos territórios);
- potenciar a capacidade reconhecida das ADL na intermediação entre actores públicos, privados e associativos a qual assenta na experiência acumulada em processos de aprendizagem que têm ligado organizações e pessoas, num mesmo território, na construção de soluções que respondem a interesses e necessidades comuns.

Todavia, a afirmação destes princípios-chave carece de alianças formais e substantivas tanto no período de programação/negociação dos instrumentos de financiamento dos investimentos que possam responder às necessidades de intervenções dos territórios, como na fase de gestão e implementação dos mesmos.

Nessa óptica de construção de capacidade de iniciativa e de criação de valor para os territórios, importa dar conteúdo formal e substantivo aos seguintes instrumentos:

- Versões finais dos PO Regionais, que devem consagrar um modelo de intervenções DLBC que explicita compromissos das instâncias intervenientes (locais, regionais e nacionais/setoriais) em matéria de complementaridades entre as Prioridades de Investimento e de financiamento plurifundos delimitando as fronteiras de intervenção ao nível dos critérios e princípios orientadores da seleção das operações.
- Modelo de governação dos diferentes Programas, que deve acautelar, nas condições operativas de suporte aos processos de tomada de decisão, a existência de modalidades de participação formal e de co-responsabilização dos parceiros intervenientes aos diversos níveis da governação.
- Concepção e implementação dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, em curso de preparação sob responsabilidade das Comunidades Inter-Municipais (CIM - NUT III), influenciando as dinâmicas de criação e desenvolvimento de empresas, de promoção da empregabilidade e de valorização dos recursos endógenos.
- Elaboração de Estratégias de Desenvolvimento Local, nomeadamente, por iniciativa dos Grupos de Ação Local (GAL) e de Grupos de Ação Costeira (GAC), que estabeleçam soluções de base territorial norteadas pela eficácia de articulação de intervenções e complementaridades de investimento procurando valorizar as capacidades de animação territorial reveladas.



A. Oliveira das Neves
Economista, Presidente da Direcção do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)



Fuente de Garcia, Espanha

Unindo a nascente do Tejo em Albarracín (Espanha) à foz, em Lisboa, num percurso de 1.210 km divididos por 13 etapas, a 1.ª Transibérica em BTT Tajo/Tejo Vivo terminou dia 28 de junho, junto ao Pavilhão de Portugal, com a devolução da água recolhida na Fuente de Garcia ao rio.

O simbólico evento marcou o fim da grande aventura em bicicleta, iniciada a 15 de junho por um grupo de atletas, dispostos a ajudar no reconhecimento desta nova rota acompanhando o caminho do maior rio da Península Ibérica, que se estende ao longo de 1.007 km, e a ultrapassar as suas conquistas.

Poderá desde já aventurar-se numa iniciativa como esta, organizada pela parceria nacional do projeto de cooperação Tajo/Tejo Vivo, que gostaria de ver uma 2.ª edição, mas o que propomos é outra forma de descoberta

do rio Tejo e de algumas das suas localidades ribeirinhas em território nacional.

Nesta “viagem” à volta do Tejo, sem data de partida ou chegada, ou etapas pré-definidas, sugerimos alguns motivos de passeio por estes territórios, com uma identidade fortemente alicerçada no Tejo que, procurando tirar partido deste importante recurso, têm vindo a apostar em iniciativas e projetos capazes de promover a criação de emprego e o bem-estar das populações locais e, ao mesmo tempo, atrair visitantes e turistas.

1 **Vila Velha de Ródão**, a primeira localidade que o rio Tejo encontra em Portugal, já com uma cota abaixo dos 100 m, por um vale estreito, rochoso e abrupto (Portas do Ródão) que vale a pena espreitar, é o nosso ponto de partida.

Além de passeios no Tejo, a oferta turística passa pelo Parque Natural do Tejo Internacional, através de percursos pedestres que valorizam o património natural riquíssimo deste espaço, de 26.484 hectares, considerado dos mais relevantes da Europa, recomendamos uma visita ao Complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo e ao velho Castelo de Wamba (ancião zelador das terras da Açafa).



A **Ponsulativo** e a **Beira Baixa Inesquecível** são duas empresas de animação turística, apoiadas pela Abordagem LEADER, através da ADRACES, que poderão ajudar na hora de decidir o que fazer.

Para comer, sugere-se a **Tasca Maria Faia**, em Malpica do Tejo, que aposta nos petiscos com base nos produtos da Beira Baixa, e para dormir a Casa de Campo **Vila Portuguesa**, em Vila Velha de Ródão, com vista deslumbrante para o Tejo.

Passadas as Portas de Ródão, inclinando-se para sudoeste, a caminho do concelho de Gavião, o Tejo é retido na Barragem de Belver (município de Mação), a jusante da qual volta a fluir para oeste.

No Alto Alentejo, 2 **Gavião** apresenta inúmeras sugestões de descoberta do património natural e cultural, bem como das tradições e gastronomia.

De visita obrigatória são o Castelo de Belver (*ex libris* do concelho), oferecendo uma magnífica panorâmica sobre o vale do Tejo, o Núcleo Museológico do Pão e do Vinho, o 3 **Núcleo Museológico de Tecelagem e Mantas de Belver** (apoiado pela LEADERSOR, no âmbito da Abordagem LEADER) e o Museu do Sabão.

Mas reserve tempo para fazer o percurso pedestre Arribas do Tejo (15 km) ou o Corredor Ecológico das Ribeiras de Alferreira e Barrocas (19 km). Se é amante do *birdwatching*, procure o **Centro de Observação de Avifauna do Outeiro** (igualmente beneficiário do apoio LEADER).

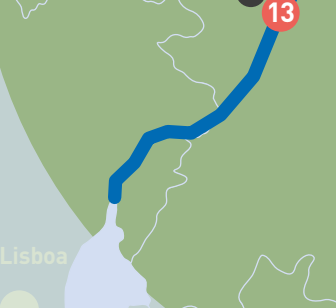
Em qualquer altura do ano, mas sobretudo no verão, rume ao Parque de Lazer do Alamal, com uma belíssima envolvente natural, praia fluvial, equipamentos hoteleiros e de recreio ideais para a prática de atividades ao ar livre.

Para desfrutar de momentos inesquecíveis à beira rio num projeto de Turismo em Espaço Rural LEADER, recomenda-se a **Quinta do Belo-Ver**.

A Norte de Gavião está 4 **Mação**, onde a calma das águas do Tejo e da Ribeira de

pelo LEADER pela associação Pinhal Maior, é uma das empresas de animação turística a operar na região.

Na margem do rio, a pequena freguesia de Ortiga apresenta-se como o lugar ideal para usufruir de toda a beleza natural dos vastos pinhais e da Albufeira de Belver. Aproveite a paragem



Eiras sobre a Barragem de Belver em Ortiga, convida também à prática de desportos náuticos. A **Goextreme**, apoiada

para se deliciar com as iguarias locais no restaurante **A Lena**, cuja especialidade é o arroz de lampreia.

Para passar a noite, em alternativa ao **Parque de Campismo de Ortiga**, com praia fluvial, a associação recomenda o **Hotel das Amoras**, no concelho vizinho, tendo apoiado os dois, através da Abordagem LEADER.

Deslocando-se a Proença-a-Nova, não deixe de visitar



Arroz de Lampreia



Portas de Ródão



o **5 Centro de Ciência Viva da Floresta**, em Moitas, que conta com um programa de experiências interativas e conteúdos que valorizam o património natural, também apoiado pelo LEADER.

O Tejo entra em **6 Abrantes** através da freguesia de Alvega (que possui uma bonita praia fluvial e zona de recreio e lazer propícia à prática de canoagem), atravessando o concelho numa extensão de cerca de 30 km.



a vila era um dos mais importantes portos do Médio Tejo.

Território ideal para a prática de canoagem, são várias as empresas de animação turística às quais poderá recorrer, como a Segredos de Aldeia, na Praia Fluvial de **9 Aldeia do Mato** e Ponto Aventura, em Santa Margarida da Coutada.

Complete a visita na Praça dos Sabores (no antigo mercado municipal de Abrantes) e na loja Camões com Sabor, em Constância, para provar e levar os sabores do Ribatejo Interior.

10 Vila Nova da Barquinha é o próximo destino. Aqui, o Tejo bordeja o castelo medieval de Almourol,

encontrará o emblemático restaurante Almourol.

Para levar artesanato e outros produtos locais, procure a loja **Amores Pitorescos**, que a ADIRN também apoiou. Para dormir, recomenda-se a Casa do Patriarca, um Turismo em Espaço Rural situado na **11 Atalaia**.

No Ribatejo Norte, a oferta turística é exemplar, sobretudo ao nível do turismo aventura (BTT, mergulho, canoagem) mas também dos passeios pedestres pela Reserva Natural do Paul do Boquilobo ou pelo **12 Parque Natural do Agroal**, e visitas culturais, como a Rota dos 4 Castelos (Almourol, Tomar, Torres Novas e Ourém).



Natural do Estuário do Tejo, e bordejando a parte oriental e meridional da capital, o rio Tejo desagua no Atlântico, em São Julião da Barra, sob o “olhar” atento do Farol do Bugio...



O projeto de cooperação ibérica TEJO VIVO – Rede para a Valorização dos Territórios Vinculados ao Tejo, apoiado pela Abordagem LEADER, junta 11 parceiros de Espanha e seis de Portugal.

Com o rio Tejo como elemento agregador, esta parceria tem desenvolvido uma estratégia comum para o aumento da competitividade e o desenvolvimento social, económico e ambiental para os territórios abrangidos, afirmando-os como um destino turístico.

Para além da 1.ª Transibérica em BTT Tajo/Tejo Vivo, a parceria organizou o 1.º Festival Ibérico de Gastronomia (em março) e desenvolveu Centros de Interpretação do Tejo Vivo, a instalar nos vários concelhos.

A TAGUS coordena o projeto em Portugal, que integra também: ADIRN, ADRACES, APRODER, LEADERSOR e PINHAL MAIOR.

A parceria firmou um novo protocolo de cooperação para poder continuar o trabalho.

ESPAÑA



Procurando o contacto com a natureza, com total privacidade e conforto, e a possibilidade de dar um passeio a cavalo à beira Tejo, parta ao encontro do agroturismo Vale de Ferreiros, na **7 Aldeia do Pego**.

Para comer, a associação de desenvolvimento local, TAGUS, sugere o restaurante Tasquinha d’Aldeia, em Fontes, cujas especialidades são peixes do rio e cabrito assado.

Em Abrantes, o Parquetejo, junto ao Tejo, dá apoio a uma série de atividades de lazer e cultura estruturadas em torno do rio (campismo, canoagem, BTT, passeios pedestres e núcleo de interpretação do Tejo, entre outras).

Em **8 Constância**, onde o Zêzere se junta ao Tejo pela margem direita visite o Museu dos Rios e das Artes Marítimas, que proporciona uma viagem ao tempo em que

um dos monumentos mais relevantes junto ao rio e que melhor evoca a memória dos Templários.

A escassos metros do rio, o Barquinha Parque oferece grande variedade de equipamentos desportivos e **Parque Infantil da Boucinha**, renovado com apoio LEADER, através da ADIRN.

Parta à descoberta da história do concelho e das suas gentes, através de uma visita ao Museu Etnográfico 21, que poderá muito bem terminar no **Bar 21** (apoiado também pelo LEADER).

Na margem direita do Tejo, situa-se a vila de Tancos, e é aqui, junto aos cais que

Tomando outra vez rumo sudoeste, o Tejo corre nas planícies ribatejanas e chega a **13 Santarém**, uma das cidades mais povoadas no percurso.



Em comunhão com o rio e os seus vastos recursos, a cidade – que chegou a ter acesso direto ao mar através da navegabilidade do Tejo – constitui-se um grande foco de atratividade turística assente na trilogia única do cavalo, toiro e campino, e nos sabores que provêm da terra e do rio.

Prestigiada terra vitivinícola, dispõe de várias quintas abertas aos turistas, como a **Quinta da Ribeirinha**, que dispõe de loja e restaurante,

renascido de um antigo largar de azeite, sendo um dos pontos de paragem obrigatória da Rota dos Vinhos do Ribatejo.

Para dar um passeio numa embarcação típica do Tejo, avistando as casas palafíticas, dos pescadores e observar os cavalos selvagens e uma enorme variedade de aves, contacte a empresa de turismo fluvial **Ollem**.

Merece referência ainda o rico património arquitetónico religioso de Santarém, de que é exemplo a **Fábrica da Igreja Paroquial de São Domingos de 14 Vale Figueira**, cujos altares em talha dourada datados do séc. XVII foram restaurados com apoio LEADER através da APRODER.

Prosseguindo até Lisboa, formando o chamado Mar da Palha, inserido na Reserva



Mar da Palha (foto de Francisco Antunes)



Herdade da Apariça

“Este projeto tem exigido uma entrega a tempo inteiro.”

Jorge Bobone, promotor e proprietário da Herdade da Apariça

O “birdwatching” ou observação de aves é a mais recente aposta de Jorge Bobone, proprietário da Herdade da Apariça, no concelho de Castro Verde, cada vez mais uma referência ao nível do turismo ornitológico.

A atividade surgiu “naturalmente”, dadas as características da propriedade de 720 hectares. Inserida na Zona de Proteção Especial de Castro Verde, onde predomina a estepe, também conta com uma importante área de montado de azinho e sobro, e uma grande barragem, que servem de habitat a um elevado número de aves de interesse, como o sisão (a mais emblemática da herdade), a abetarda, o colhereiro e o rolieiro (cerca de 10% da população nacional).

Dar a conhecer esta enorme biodiversidade foi o objetivo do projeto apresentado junto da Associação Alentejo XXI, no âmbito da Abordagem LEADER, que possibilitou a aquisição de caixas de nidificação, binóculos, a instalação de abrigos móveis para a observação de aves, bem como material de equitação e dois kayaks, permitindo reforçar a oferta de atividades da herdade, com duas Casas de Campo de portas abertas, desde meados de 2013.

“Sem este apoio não teria enveredado por aqui”, garante o promotor, sublinhando o enorme investimento, de tempo e dinheiro, no turismo rural, que surgiu como diversificação da atividade agropecuária da herdade após uma reunião promovida pela Alentejo XXI.

<http://www.montedaaparica.pt>

Localização	Castro Verde
Data da candidatura	2011
Investimento total	42.174,32 EUR
Comparticipação LEADER	50%
Postos de trabalho criados	1



Quinta dos Açores

“Estas medidas de apoio dão-nos coragem para fazer crescer as nossas ideias.”

Helga Barcelos, Sócia-gerente da Quinta dos Açores

Queijada Dona Amélia e Queijada da Graciosa (doce típico das ilhas Terceira e Graciosa) são os gelados exclusivos da Quinta dos Açores. Lançados em junho de 2012, integram o leque dos 18 sabores disponíveis (ananás de São Miguel, meloa de Santa Maria, arará das Flores, amora do Corvo, entre outros), que visam levar mais longe os paladares açorianos.

A ideia é ter um gelado representativo de cada ilha, através de um produto “único”, como explica Helga Barcelos, sócia-gerente desta empresa, localizada nos arredores de Angra do Heroísmo, que apostou na gama dos laticínios como forma de valorizar, de forma inovadora e diferenciadora, o leite produzido na própria exploração (4000 litros/dia).

Para além da venda “à bola” na gelataria da empresa, os gelados Quinta dos Açores são comercializados (a nível regional e nacional) em embalagens de 500 ml e de 150 ml (dose individual com colher na tampa), de forma a potenciar o seu consumo durante todo o ano e como um complemento alimentar.

O espaço comercial da fábrica (aberta aos visitantes) apresenta os vários produtos da empresa (leites, iogurtes, queijos e carnes) e de outros produtores regionais e nacionais. Esta loja e a unidade de produção de gelados beneficiaram do apoio da abordagem LEADER do PRORURAL, através da GRATER, ao nível do equipamento e conceção das embalagens dos gelados premium Quinta dos Açores.

<https://pt-pt.facebook.com/QUINTADOSACORES>

Localização	Angra do Heroísmo (Terceira)
Data da candidatura	2009/2011
Investimento total	265.645,87 EUR
Comparticipação LEADER	64,5%
Postos de trabalho criados	6



Lar Residencial

“Era uma necessidade há muito identificada.”

Carla Susana, Diretora Técnica da Fundação João e Fernanda Garcia

A existência de um grande número de pessoas com deficiência sem suporte familiar está na origem da criação deste Lar Residencial, na freguesia de Vila de Rei, que com pouco mais de um ano, já esgotou a sua capacidade.

Tendo entrado em funcionamento com oito utentes, o Lar conta atualmente com 17, na sua maioria do concelho de Vila de Rei, refere Carla Susana, Diretora Técnica e Psicóloga da Fundação.

Explicando que a prioridade é dada a pessoas do concelho, a responsável adianta que “[procuram] dar resposta a pedidos de outras localidades do distrito de Castelo Branco e do resto do país, mas “infelizmente”, “já não [têm] vagas”. Na sua opinião, “são muito poucas as instituições face ao número de pessoas que deveriam usufruir delas”.

A entrada em funcionamento do Lar, em fevereiro de 2013, em articulação com o Centro de Atividades Ocupacionais de Vila de Rei (outra valência da Fundação) e outras infraestruturas locais (piscina, ginásio e biblioteca), é vista como uma importante “obra” ao nível do apoio à comunidade e da criação de emprego, criando logo de início 10 postos de trabalho.

A candidatura à Abordagem LEADER, através da associação Pinhal Maior, foi “uma grande ajuda financeira”, tendo o apoio sido “decisivo” para o apetrechamento do lar, pensado desde 2003, e projetado pela Fundação João e Fernanda Garcia, uma IPSS criada a pensar no bem-estar das pessoas da terra.

Localização	Vila de Rei
Data da candidatura	2012
Investimento total	424.311,34 EUR
Comparticipação LEADER	47%
Postos de trabalho criados	10